



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

29.FEV.2024



## **ATA N.º 15**

### **SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR**

**REALIZADA EM 29-02-2024**

----- Aos vinte e nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte e uma horas, reuniu, no Auditório da Biblioteca Municipal de Gondomar, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Gondomar. -----

----- A Mesa foi constituída como segue: -----

----- Presidente: Aníbal Jaime Gomes Lira -----

----- 1.º Secretário: José Manuel Cardoso Alves Pereira -----

----- 2.ª Secretária: Márcia Cristina Guedes de Castro Silva Bandeira -----

----- Verificou-se a presença dos(as) Senhores(as) Deputados(as): Adelino Oliveira Miranda, Ana Patrícia Pegas da Cruz, Ana Rita Fernandes Bessa, Manuel Ferreira Martins, em substituição de Arménio Lino Martins, Artur Fernando Torres Vieira de Sousa, Carla Isabel Pinto Ferreira, Carmina Maria dos Santos Lopes de Araújo, Daniel Filipe Oliveira Vieira, Emanuel Fernando Pinto de Andrade, Eugénia Maria de Sousa Braga Leite de Faria, Fernando Alício Barreira Morais, Fernando Cerqueira, Fernando Fernandes Duarte, Fernando Miguel dos Santos Azevedo, Maria Teresa Rocha de Sousa, em substituição de Joana Daniela Baldaia Resende, João Pedro de Andrade Pinho da Silva, João Pedro Serra Soares Forte, Carlos Eduardo Aranha e Costa, em substituição de João Resende Pinto Figueiredo, José Miguel Miranda Laranjeira, Manuel Pedro Ferreira de Carvalho, Maria José Nogueira Barbosa Correia, Maria Rosa de Sousa Oliveira, Maribel Santos Fernandes, Mónica Alexandra Rebelo Almeida Sampaio, Alexandra dos Santos Carvalho, em substituição de Ricardo Jorge Cardoso dos Santos Couto, Nuno Miguel Ribeiro Pontes, Paulo Alexandre Pinheiro Nunes da Silva, Marina Teodoro Romana, em substituição de Sara Cristina Oliveira dos Santos, David Manuel da Rocha Santos, em substituição de Telmo Afonso da Mota Viana e Urbano José Garrido de Brito Ferreira Marques. -



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

29.FEV 2024



----- Por inerência estiveram presentes os(as) Presidentes de Junta de Freguesias, Senhores(as): Francisco Alves Laranjeira - Presidente da Junta de Freguesia de Baguim do Monte, Rui da Mota Correia - Presidente da Junta de Freguesia da Lomba, Nuno Filipe Brito da Fonseca - Presidente da Junta de Freguesia de Rio Tinto, Carlos Alberto Sousa da Costa, em substituição de Rosalina Sofia Neves Martins - Presidente da Junta de Freguesia de Fânzeres e São Pedro da Cova, Silvino de Sousa Paiva - Presidente da Junta de Freguesia de Foz de Sousa e Covelo, António José Ribeiro Bráz - Presidente da Junta de Freguesia de Gondomar (São Cosme), Valbom e Jovim e Manuel José Santos Paiva - Presidente da Junta de Freguesia de Melres e Medas. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

29.FEV.2024



GONDOMAR

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

**ORDEM DE TRABALHOS PARA A SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR, A REALIZAR NO DIA 29 DE FEVEREIRO DE 2024 (QUINTA-FEIRA), PELAS 21 HORAS, NO AUDITÓRIO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE GONDOMAR**

1. Eleição de novo membro da Comissão Executiva Metropolitana (só votam os membros eleitos diretamente para a Assembleia Municipal)
2. **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**
3. **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**
4. **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**
  - 4.1. Discussão e votação da ata da sessão anterior (11-12-2024).
  - 4.2. Propostas da Câmara Municipal sobre:
    - a) Regulamento do Conselho Municipal de Segurança – Proposta
    - b) Mapa da demonstração do desempenho orçamental e revisão orçamental – Proposta
    - c) Transportes escolares – Contrato interadministrativo a celebrar com a Junta de Freguesia da Lomba – Proposta
    - d) Contratos interadministrativo com os Agrupamentos de Escolas/Escola Não Agrupada – Adenda ao contrato interadministrativo de delegação de competências – Proposta
    - e) Parque Urbano de S. Cosme - Concessão de Exploração de Bar – Café do Lago – Peças do procedimento e abertura de concurso público – Proposta
    - f) Terrenos – Desafetação de parcela de terreno, com a área de 13,20m<sup>2</sup>, sita na Rua do Ramalho, em S. Pedro da Cova, na Freguesia de Fânzeres e S. Pedro da Cova – Proposta
    - g) Terrenos – Afetação ao domínio público municipal de duas parcelas de terreno, com as áreas de 859,00m<sup>2</sup> e de 574,00m<sup>2</sup>, sitas na Rua Guerra Junqueiro, em Fânzeres, na Freguesia de Fânzeres e S. Pedro da Cova – Proposta
    - h) Projeto de alteração ao “Regulamento do Programa Social +” – Proposta
    - i) Mapa de Pessoal para o ano de 2024 – 1.ª Alteração – Proposta
- 5 – Associação de Municípios Parque das Serras do Porto – Plano de Atividades e Orçamento 2024 – Para conhecimento
- 6 - Comissão de Proteção de Crianças e Jovem (CPCJ) – Relatório Anual de Atividades 2023 – Para conhecimento

O Presidente da Assembleia Municipal,

(Aníbal Jaime Gomes Lira)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

29.FEV.2024



----- Entrou-se no ponto **1 - Eleição de novo membro da Comissão Executiva Metropolitana** (só votam os membros eleitos diretamente para a Assembleia Municipal). -----

----- Procedeu-se à votação, por escrutínio secreto, tendo estado presentes vinte e cinco (25) Deputados eleitos diretamente, tendo-se obtido o seguinte resultado: -----

----- **VOTAÇÃO:** dezassete (17) votos a favor e oito (8) votos em branco. -----

----- **FERNANDO CERQUEIRA (PS)** – O Partido Socialista pediu para aguardar por mais gente por bom senso, porque noutras Assembleias Municipais quando nós chegamos aqui às 21h30m para começar, a sessão só começa quase às 22h00m. Eu queria dizer aos Senhores Deputados que o Partido Socialista vai exigir que a próxima Assembleia Municipal comece exatamente às 21h30m. -----

----- Entrou-se no ponto **2 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Nos termos dos números 1 e 6, do artigo 49.º, da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, e do número 1, do artigo 26.º, do Regimento da Assembleia Municipal, na sua redação atual, foi aberto o período de intervenção ao público, tendo-se verificado as seguintes intervenções: -----

----- **Sr. Bruno Rio**, residente em S. Pedro da Cova, relativamente a dois problemas que gostaria de ter uma resposta, um é pessoal, relativamente a um processo de aprovação na Câmara para construção de habitação há mais de dois anos, referiu que está em risco de perder o empreiteiro e questionou o ponto de situação. O outro assunto tem a ver com a Escola Básica e Jardim de Infância de Vila Verde, da qual faz parte da Associação de Pais, referiu alguns problemas verificados, nomeadamente a falta de um frigorífico na escola, a falta de obras e condições, as avarias e o desperdício de águas nas casas-de-banho e a lentidão dos computadores e questionou se as obras previstas para a escola vão avançar e se podem dar resposta aos emails enviados. -----

----- **Sr. David Cruz**, residente em Rio Tinto, relativamente à Escola Básica da Boavista, disse que a escola recebeu obras de beneficiação há cerca de dois anos e que a escola teve alguns benefícios, mas algumas maçanetas das portas e fechaduras já não funcionam. Alertou para o facto da escola ainda não permitir acessibilidade ao piso superior, havendo a necessidade de instalar um elevador, pois existem três funcionários com mobilidade reduzida. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

29.FEV 2024



**GONDOMAR**

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

----- **Sr. José Conceição**, residente em Gondomar (S. Cosme), relativamente ao Complexo Desportivo de Valbom, questionou quais são os requisitos para utilizar o referido complexo, sugeriu a retificação do seu pavimento para tartan e da iluminação, bem como a retificação do segundo campo que está ao abandono, nomeadamente através da colocação de piso sintético, porque há muitas associações que não conseguem utilizar o espaço devido às condições e a burocracia necessária. -----

----- O **Senhor Vice-Presidente da Câmara** respondeu às questões colocadas. Relativamente ao processo de licenciamento do Sr. Bruno Rio, referiu que não tem informações concretas sobre o assunto e sugeriu aguardar a chegada da Senhora Vereadora do Pelouro. Relativamente à EB de Vila Verde, referiu que infelizmente não conseguem avançar com todas as obras que gostariam, mas que está na lista para ser realizada. Sobre a falta do frigorífico, informou que a situação só passou a ser tratada como urgente na semana passada, porque tinham a informação de que existia outro frigorífico e que se tudo correr bem durante a próxima semana estará um frigorífico novo na escola. Relativamente à Escola da Boavista, informou que a escola teve uma intervenção o ano passado e não se colocou elevador, porque era necessário mexer na estrutura e os técnicos entenderam que não era para mexer na parte estrutural. Relativamente ao Complexo Desportivo de Valbom, referiu que concorda e que é de lamentar que Gondomar não tenha uma pista de tartan e que é preciso resolver o assunto, deu nota de que o pelouro do desporto está a elaborar uma Carta Desportiva Municipal onde, entre outros assuntos, estão a proceder à recolha dos equipamentos existentes e em falta no Concelho. -----

----- Entrou-se no ponto **B - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- Foram apresentados à Mesa os seguintes documentos, para integrarem o Período de Antes da Ordem do Dia, que adiante seguem: -----

----- **RECOMENDAÇÃO** (Documento 1), “Por recursos hídricos mais saudáveis”, apresentada pela Deputada Municipal do **PAN**. -----

----- **VOTO DE PESAR** (Documento 2), “Pela morte de Alexei Navalny”, apresentado pela Deputada Municipal do **PAN**. -----

----- **RECOMENDAÇÃO** (Documento 3), “Por uma maior transparência nas obras da rede viária do Município”, apresentada pelo Deputado Municipal da **IL**. -----



29.FEV 2024

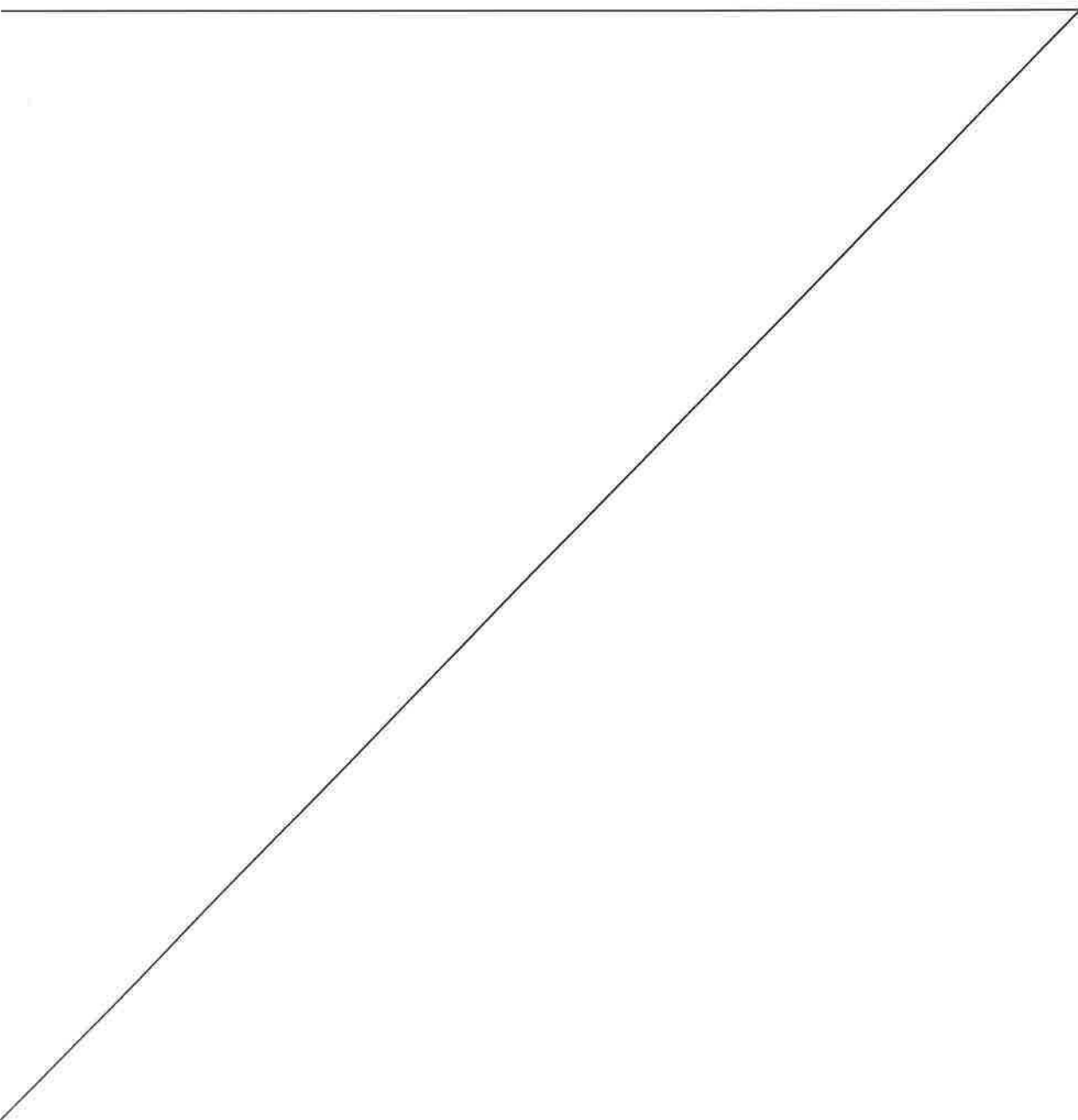


ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **RECOMENDAÇÃO** (Documento 4), “Pela melhoria das condições para quem anda de transportes públicos”, apresentada pelo Deputado Municipal da **IL**. -----

----- **MOÇÃO** (Documento 5), sobre “A importância do 8 de Março e o voto nos direitos das Mulheres”, apresentada pelo Grupo Municipal do **BE**. -----

----- **MOÇÃO** (Documento 6), sobre “Defender o aeroporto do Porto, combater o desprezo territorial pela região Norte”, apresentada pelo Grupo Municipal do **BE**. -----



29.FEV 2024

Por recursos hídricos mais saudáveis

Um pouco por todo o país temos assistido a problemas – muito graves – no funcionamento das Estações de Tratamento de Águas Residuais, acontecendo com frequência descargas diretas para os rios.

Gondomar, infelizmente, não é exceção e amiúde somos confrontados com registos fotográficos que documentam descargas nos diversos recursos hídricos do concelho, nomeadamente no Rio Tinto e na Ribeira da Archeira.

Paralelamente tem-se observado que vários rios e ribeiras da cidade de Gondomar são alvo de descargas de esgotos (diretas ou através de linhas de águas pluviais) que vão contaminando os recursos hídricos.

Por outro lado, não podemos esquecer o investimento na despoluição do Rio Tinto, no qual a Câmara Municipal de Gondomar tem sido parte bastante ativa, e que representa possivelmente um trabalho único a nível nacional, que pode vir a inspirar outros municípios.

Relembramos que no seu Relatório e Contas de 2022, a empresa Águas de Gondomar, SA apresenta como missão "conceber, construir e gerir com eficiência os serviços públicos de abastecimento de água e drenagem de águas residuais do município de Gondomar, numa perspetiva de melhoria contínua, garantindo os melhores níveis de qualidade...", e como visão "ser uma empresa de referência a nível nacional e reconhecida pela sua competência...".

Assim, o Grupo Municipal do PAN Gondomar propõe à Assembleia Municipal de Gondomar, na sua Sessão Ordinária de 29 de fevereiro de 2024, que recomende à Câmara Municipal de Gondomar pugnar, junto da empresa Águas de Gondomar, SA.:

- a) pelo diagnóstico e pela calendarização da resolução dos problemas de funcionamento das ETAR existentes em Gondomar com vista a que não se voltem a repetir descargas (diretas ou o lançamento de efluentes insuficientemente tratados) para os rios, informando posteriormente a Assembleia Municipal dos resultados;
- b) pelo informação aos munícipes, nos casos de descargas com parâmetros acima dos valores limite de emissão (VLE) ou episódios de *bypass* ocorridos na ETAR, descrevendo o problema existente, o que será realizado para o resolver e o prazo previsto para tal;
- c) tornar públicas todas as análises da qualidade dos efluentes liberados pelas ETAR, nomeadamente os resultados todos das análises que são periodicamente enviados à APA e não unicamente os valores agregados como é apresentado no site da empresa (<https://aguasdegondomar.pt/info/qualidade-agua-residual/>);
- d) fazer um diagnóstico das agressões (urbanas ou industriais) ao

29.FEV 2024



meio hídrico que ocorrem na concelho de Gondomar e identificar se essas agressões ocorrem de forma direta ou indireta (através das linhas de saneamento, das linhas de águas pluviais ou agressões de forma mais indireta ou difusa) e apresentar uma calendarização dos problemas identificados, informando a Assembleia Municipal;

e) fazer um diagnóstico preventivo do estado das linhas de saneamento e calendarizar as obras de manutenção ou substituição que irão ocorrer em cada ano, informando a Assembleia Municipal.



### Voto de pesar por pela morte de Alexei Navalny

O percurso de Alexei Navalny desde que regressou à Rússia representa o de muitos outros mártires anónimos que ousaram opor-se à tirania do regime presidido por Vladimir Putin.

O regime não hesita em eliminar quem se lhe opõe, não se coibindo de utilizar as mais perversas formas de perseguição e tentativas de silenciamento, tanto dentro como fora das fronteiras russas.

A liberdade de expressão, atualmente, é uma miragem no atual regime russo, cujas ambições expansionistas anseiam por subjugar outros povos, utilizando os mesmos métodos repressivos, que sem subtilezas, incluem o desaparecimento físico daqueles que se lhe opõe. Primeiro a Rússia e a Bielorrússia, hoje partes de Ucrânia e amanhã, outros poderão seguir-lhe o mesmo caminho.

Independentemente de se concordar ou não com as opções ou ideias políticas de Navalny, nenhum ser humano deve sofrer tal barbaridade a que foi sujeito, somente por não ter a mesma opinião de quem ocupa a cadeira do poder.

De Navalny, fica para a História, o seu regresso como que messiânico, ao seu país, mesmo sabendo que isso provavelmente lhe custaria a vida. Talvez fosse esse o seu propósito, o seu desígnio, a sua forma de inspirar gerações futuras.

Desejamos que a sua morte não seja em vão e que este martírio seja a semente da qual um dia nascerá a liberdade na Rússia.

Nós, que no próximo dia 25 de abril celebramos os 50 anos do fim da ditadura, louvamos o gesto da Embaixadora de Portugal em Moscovo, que depositou um conjunto de cravos vermelhos na Pedra de Solovetski, um memorial que recorda as vítimas da repressão política na Rússia.

Que das sementes semeadas por Navalny, nasçam também cravos na Rússia.

Assim, o Grupo Municipal do PAN propõe que a Assembleia Municipal de Gondomar, reunida em Sessão Ordinária no dia 29 de fevereiro de 2024:

1. Delibere realizar um voto de pesar pela morte de Alexei Navalny, símbolo de resistência e liberdade contra regimes políticos autocráticos, estendendo este voto a todos os prisioneiros políticos do regime russo.

*Este ponto foi alterado no ponto final  
para todos os prisioneiros políticos.*

29.FEV 2024

Voto de Reser

① A Assembleia Municipal de Gondomar, reunida a 29 de Fevereiro de 2024, deliberou aprovar um voto de Reser pelo monte de Nselyp manifestar a sua submissão com todos os seus filhos.

ASL  
PAN

29.FEV 2024



**iniciativa  
Liberal**

### **Recomendação – Por uma maior transparência nas obras da rede viária do Município**

Ao longo dos diversos mandatos do Partido Socialista no Executivo camarário, têm sido usuais diversos problemas em obras essenciais para a rede viária do Município, que contemplam atrasos, litígios com as empresas responsáveis pela empreitada, entre outros.

Sucedem que tais justificações apenas se tornam públicas quando o Executivo é questionado em sede de órgãos autárquicos, nomeadamente na Assembleia Municipal, o que leva a que tais esclarecimentos vejam os seus destinatários se esgotarem apenas por quem detém assento nestes órgãos e pela minoria de cidadãos que assistem regularmente a estas sessões.

Neste processo, ficam, portanto, por esclarecer centenas de gondomarenses que são diariamente afetados pelos problemas existentes na rede viária e que devem ter conhecimento do que se passa no seu concelho e que os afeta no seu quotidiano.

A Iniciativa Liberal, que se pauta pela defesa da transparência dos organismos públicos, não consegue aceitar que não seja colocada à disposição dos munícipes toda a informação que lhes é útil, defendendo que é obrigação do Executivo dar as explicações que se exigem a quem legitimou o seu mandato autárquico: os cidadãos gondomarenses.

Deste modo, a Assembleia Municipal, reunida em Sessão Ordinária no dia 29 de fevereiro de 2024, recomenda ao Executivo que:

1. Mantenha atualizado, no website do Município, o portal das obras em curso;
2. Nesse mesmo portal, quando uma obra na rede viária sofra algum problema, seja publicada uma nota justificativa detalhada sobre o mesmo;
3. Quando tal questão surja, essa mesma nota justificativa seja publicitada nos meios de comunicação do Município, nomeadamente redes sociais.

O Deputado Municipal da Iniciativa Liberal,  
João Resende Figueiredo

29.FEV 2024



**iniciativa  
liberal**

## **Recomendação – Pela melhoria das condições para quem anda de transportes públicos**

No atual panorama económico, social e ambiental, cumpre maximizar a utilização do transporte público face ao individual e, ao mesmo tempo, minimizar o trânsito nas vias rodoviárias municipais, por forma a garantir a prossecução dos objetivos atualmente em vigor de descarbonização das cidades portuguesas.

Contudo, existem ainda alguns entraves para que esse objetivo seja viável. Quanto ao serviço, são de notar tanto os problemas que temos vindo a assistir nos últimos meses quanto à transição para o serviço operacional da UNIR, cuja resolução estamos agora a assistir, como também a já reivindicada falta do serviço do Metro do Porto no centro do concelho, uma obra que apenas iremos vislumbrar, na melhor das hipóteses, por volta de 2030.

Mas o uso de transportes públicos não inclui apenas o serviço de transporte propriamente. Trata-se de uma complementaridade de condições que devem estar reunidas para que os utentes não só se sintam confortáveis no seu quotidiano, como também sirvam como um incentivo para que as pessoas possam deixar de lado o carro e viajar através deste meio de transporte.

Uma dessas exigências são a construção de abrigos dignos, infraestruturas que, de facto, possam proteger os utentes das condições climáticas mais adversas e dar-lhes as condições para que o todo da sua viagem para casa ou para o trabalho seja o mais confortável possível.

Atualmente, os abrigos existentes tanto nas paragens de autocarro como nas estações de metro no Município são visivelmente curtos para o fluxo de utilizadores que recebem, sendo visível, em dias de chuva, utentes a fazer as suas viagens completamente encharcados, com todos os riscos para a saúde que tal situação possa comportar.

É obrigação do Município zelar pelo bem dos utilizadores de transportes públicos.

Deste modo, a Iniciativa Liberal recomenda ao Executivo que:

1. Invista na renovação dos abrigos existentes nas paragens de autocarro e estações de metro do Município, para que tais infraestruturas sejam dignas para os utilizadores.

O Deputado Municipal da Iniciativa Liberal,

João Resende Figueiredo



**Moção**

**A importância do 8 de Março e o voto nos direitos das Mulheres**

Foi com o 25 de Abril de 1974 que em Portugal a data do 8 de Março começou a ganhar notoriedade e importância. As mulheres foram das primeiras a mobilizar-se para alcançar direitos básicos – à habitação, a um salário digno e ao trabalho com direitos, à maternidade, às creches para os filhos – embora durante muitos anos as reivindicações mais especificamente de igualdade entre mulheres e homens, ou as reivindicações por uma sociedade sem discriminações e sem violência tivessem sido relegadas para um segundo plano. Mas ao longo dos anos, fruto do papel das organizações de direitos das mulheres, foram sendo colocadas na agenda política novas causas como a paridade na vida pública, o direito à interrupção voluntária da gravidez, o reconhecimento da violência doméstica como crime público ou a desocultação do assédio sexual e moral, uma forma generalizada de violência e de discriminação baseada no género.

A sociedade portuguesa evoluiu na consciencialização de que os direitos das mulheres são direitos humanos e de que o exercício desses direitos é parte integrante do progresso da humanidade. Foi o esforço colectivo das organizações que permitiu esses avanços, com a certeza de que muito há a conquistar e que nada está adquirido definitivamente.

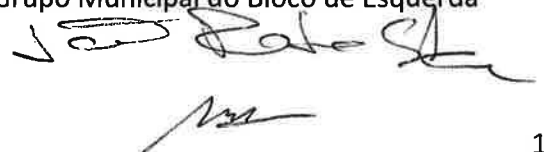
50 anos depois de Abril, o conservadorismo aparece de forma subtil com propostas que atacam as políticas públicas para a igualdade de género, considerando-as um luxo e um sorvedouro de dinheiro, rejeitando o combate à violência contra as mulheres, confinando as mulheres a uma posição subalterna, retrato de um país de antes do 25 de Abril. As mulheres e homens progressistas dizem NÃO a estas vozes do passado, aspiram ao progresso e rejeitam este conservadorismo bafiento.

Em vésperas de mais um 8 de Março e de umas eleições de grande importância, mais uma vez a mobilização de toda a sociedade e das mulheres em particular, tal como aconteceu há 50 anos, é decisiva: mobilização na rua, mobilização para o voto, atenção às propostas das candidaturas relativamente a questões como o direito à habitação, o combate à violência doméstica, para uma escolha informada.

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Gondomar reunida em 29 de Fevereiro na sua sessão ordinária, delibera:

- 1. Saudar o Dia Internacional da Mulher como data decisiva no progresso da humanidade, no respeito pela igualdade e contra a discriminação de género.**
- 2. Apelar à participação nas iniciativas em torno do 8 de Março, nomeadamente as marchas feministas a realizar em muitas cidades do país, saudando todas as organizações e movimentos sociais que irão mostrar a vontade de continuarem a lutar pela Igualdade e não discriminação de género.**
- 3. Apelar a uma grande participação no voto no próximo dia 10 de Março, nas forças políticas que respeitam a igualdade, os direitos das mulheres e a não discriminação de género.**

O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda



## Moção

### Defender o aeroporto do Porto, combater o desprezo territorial pela região Norte

Os últimos números da ANAC (Autoridade Nacional da Aviação Civil) referentes a 2023 continuam a evidenciar a desqualificação do Aeroporto do Porto, em resultado das escolhas políticas da ANA/Vinci como gestora privada dos aeroportos nacionais e das administrações da TAP.

O Aeroporto do Porto é a infraestrutura aeroportuária melhor equipada de todo o noroeste peninsular após investimentos públicos de mais de 500 milhões de euros. Mas todo o seu potencial foi colocado ao serviço da atividade comercial da Vinci e das companhias aéreas de “baixo custo” que dominam todo o funcionamento aeroportuário. E para a TAP o aeroporto do Porto passou a ser uma espécie de apeadeiro, um angariador de passageiros para partidas de Lisboa.

Um dos dados mais salientes da ANAC é a significativa diminuição de passageiros transportados a partir do Porto pela TAP e outras companhias aéreas de bandeira. Em poucos anos, a quota da TAP passou de 35% dos passageiros para apenas 11% em 2023. Agora, 4 companhias de “baixo-custo” (Ryanair 37%, Easyjet 15%, Transavia 6% e Vueling 3%) detêm a maior quota de passageiros (61%), quase seis vezes mais que os transportados pela TAP. E para além da ANA/Vinci ter decidido enormes subidas das taxas aeroportuárias para as companhias de bandeira, mantém-se o subaproveitamento de equipamentos pagos por dinheiros públicos, como as mangas telescópicas para entrada e saída de passageiros dos aviões e que não são utilizadas pelas companhias de “baixo custo”.

No aeroporto de Lisboa a situação é completamente diferente. Com a retirada de voos intercontinentais do Aeroporto do Porto, a TAP representa 44% dos passageiros e as 4 principais companhias de “baixo-custo” atingem no total apenas 25% do número de passageiros transportados.

O negócio aeroportuário orientado para a obtenção de lucros rápidos, é hoje uma das principais manifestações da financeirização da economia. Fundos de pensões, fundos de investimento e empresas sem qualquer ligação à aviação civil, passaram a ser os gestores de ocasião de todos os aeroportos portugueses e de Gatwick, Bruxelas ou Sidney.



O domínio do aeroporto do Porto pelo modelo de negócio das companhias de “baixo-custo”, orientado para voos de curta distância, está a escorraçar as companhias de bandeira e a limitar a conectividade do aeroporto do Porto às grandes cidades da Europa e do mundo, só possível com voos intercontinentais ou de longo curso.

Os aeroportos podem ajudar ao desenvolvimento dos territórios ou aprofundar assimetrias territoriais. Há que fazer escolhas. Os decisores políticos e a ANAC como entidade reguladora da aviação civil têm que assumir as suas responsabilidades na fixação das taxas aeroportuárias, na melhoria das condições de serviço e na orientação estratégica do transporte de passageiros.

Pelo exposto e tendo também em conta a atual discussão sobre o novo aeroporto de Lisboa, a Assembleia Municipal de Gondomar reunida em 29 de fevereiro de 2024, Delibera:

- **Defender o aeroporto do Porto como a principal infraestrutura aeroportuária do noroeste peninsular, diminuindo a influência exagerada das companhias de baixo-custo no funcionamento aeroportuário, reativando as ligações intercontinentais e de longo curso e incentivando o regresso das companhias aéreas de bandeira**

O Grupo Municipal do BE



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

29.FEV 2024



----- Intervieram os(as) Senhores(as) Deputados(as): -----

----- **FERNANDO CERQUEIRA (PS)** – Conforme o Senhor Presidente disse, o Partido Socialista não vai intervir sobre as moções, mas como a próxima Assembleia que se vai realizar é capaz de ser um bocado longe, eu vou só perguntar sobre dois casos. Queria chamar à atenção sobre um problema que está a afetar algumas pessoas no Concelho de Gondomar, eu já coloquei o problema à Junta de Freguesia das lombas na Rua da Ponte e Rua Senhor do Calvário, normalmente as pessoas andam com uma grande velocidade quando são ruas de só um sentido, antigamente a Câmara colocava lombas amareladas aparafusadas ao alcatrão, que se iam deteriorando e iam sendo substituídas. Ultimamente as Câmaras têm colocado lombas largas, que têm melhor efeito, com largura de 1,50 m e, portanto, há mais eficiência e menos barulho, se for à beira de casas. Eu coloco aqui um problema, parece-me que é prática da Câmara só colocar lombas extensas, conforme vai fazendo ruas novas ou conforme vai fazendo a renovação das ruas e faço uma pergunta, as ruas que estão a precisar de lombas, vamos imaginar que eu já pedi na Junta de Freguesia para colocar uma lomba há três anos nestas ruas, se a rua demorar muito tempo a ser repavimentada, vai se estar à espera para colocar as lombas? Deixo uma nota ao Senhor Presidente para que nas ruas que estão a demorar para se fazer uma repavimentação, se volte a colocar as lombas amarelas até ser feita. -----

----- Outra coisa que eu queria pedir à Câmara para fazer era criar uma fiscalização para verificar e fiscalizar as avarias que são feitas pelas águas, pelo gás, pelos telefones e pela eletricidade. Quando estas avarias acontecem eles vão lá, reparam a avaria que normalmente é na estrada, as pessoas põem paralelepípedo que fica até um ano para haver abatimento e depois essas entidades vão lá tirar o paralelo. A Câmara tem de começar a fiscalizar isto, porque nós temos no Concelho de Gondomar paralelepípedos há mais de cinco anos, é preciso ver quais são as entidades que não estão a cumprir isto. Outra coisa que eu vou repetir, quando a Câmara fizer uma rua nova, que mande um ofício a essas entidades para que, se tiverem algum serviço a fazer nessa estrada, que vão lá colocar as infraestruturas que necessitarem. ----

----- **CARLOS COSTA (IL)** – Só para clarificar um ponto para não ficarem pontas soltas, do que eu me lembro e até pedi ao Primeiro Secretário para confirmar, na conferência de líderes o que ficou acordado foi a não leitura da íntegra das moções. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

29.FEV 2024



----- Vamos acompanhar as moções do PAN, evidentemente. Quanto às moções do BE, relativamente à moção do 8 de março, acompanhamos a maior parte dos considerandos e o que é o essencial, mas tinha uma proposta a fazer ao BE: o ponto 3 parece-nos um pouco rebuscado numa moção em que se pede que o tema em questão seja consensual, deste modo, propomos a retirada do ponto 3 ou uma alteração para que seja apenas um apelo ao voto feminino nas eleições do próximo dia 10 de março, para podermos acompanharmos esta moção. Já quanto à do aeroporto, mantemos a nossa linha, não é um tema que nos diga respeito e, portanto, não iremos acompanhar. -----

----- Uma última nota, que é a mais importante desta intervenção, para o Executivo relativamente ao nosso velho e bom amigo ataque informático. Recebemos hoje a resposta às questões que foram aqui efetuadas na sessão ordinária de dezembro com o correspondente cumprimento dos documentos aprovados nesta Assembleia Municipal sobre o tema. Começar por dar nota, porque também não pode ser apenas criticar, quando é preciso elogiar, elogiar-se, quanto à celeridade do processo, bem como a forma como foi conduzido, através da consulta de especialistas e o modo como a linha cronológica dos eventos foi retratada parece relativamente plausível com o que de facto aconteceu e quanto a isso temos apenas a dizer bem. Da análise efetuada ao documento pudemos notar uma ou outra incongruência do ponto de vista mais técnico, nomeadamente no que diz respeito à manutenção de dados e renovação de discos, mas, no quadro geral, trata-se apenas de pormenores. Aquilo que não podemos deixar passar e de referenciar é o texto que acompanha esta resposta que foi assinada pela Vereadora Dra. Aurora Vieira, através de um texto que é escrito com tamanha arrogância e sobranceria a probabilidade no final do dia de se ter aprendido alguma coisa com este caso parece-me baixa, eu espero estar enganado, mas infelizmente isso não me parece. -----

----- **NUNO PONTES** (CH) – Já que estamos numa de retificações e clarificações, dizer que na última Assembleia Municipal o que foi combinado era não apresentar moções e nesta foi não ler na íntegra, penso que foi isso que foi combinado para sermos claros. -----

----- Relativamente às moções, o partido Chega votará contra a moção do BE sobre a importância do dia 8 de março, não por estar contra as mulheres ou os seus direitos adquiridos, não por não respeitar a igualdade, mas sim pela grande confusão ideológica, de temas que a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

29.FEV.2024



moção em si representa e com a situação um bocadinho caricata de usar uma moção para apelar diretamente ao voto, as prioridades para o partido Chega estão bem definidas e são explícitas, o nosso país tem problemas demasiado graves de desigualdades, mas a ideologia de género não é de facto uma dessas prioridades. Relativamente à moção de defender o aeroporto do Porto vamo-nos abster, concordamos que o aeroporto do Porto deve retomar as ligações importantes que foram perdidas, mas o assunto merece um estudo e uma reflexão mais profunda e menos carga ideológica. Acompanharemos a moção do PAN sobre os recursos hídricos e o voto de pesar pela morte de Alexei Navalny, o partido Chega, ao contrário da hipocrisia dos outros partidos, é defensor de regimes democráticos e não de autocracias ou regimes como o russo, cubano, venezuelano e norte-coreano. Acompanharemos a recomendação da IL pela transparência, até porque nos pautamos pela transparência assim como pela luta contra a corrupção e a moção da IL pela melhoria das condições para quem anda de transportes públicos. -----

----- **MARINA ROMANA** (BE) - Leu e apresentou a moção, sobre “A importância do 8 de Março e o voto nos direitos das Mulheres” (Documento 5), apresentada pelo Grupo Municipal do BE, para o Período de Antes da Ordem do Dia. -----

----- **JOÃO PEDRO SILVA** (BE) – Eu quero, em primeiro lugar, dizer que o Bloco de Esquerda subscreve na íntegra parte da intervenção do Senhor Deputado Fernando Cerqueira, no que diz respeito às lombas, porque na verdade é algo que nós em Rio Tinto temos muitas ruas onde a densidade populacional é enorme e já poderiam ter sido colocadas de acordo com o que foi dito aqui ou criadas passadeiras no sítio onde houve recentemente regulações do piso e não foi feito. - -----

----- Leu e apresentou a moção, sobre “Defender o Aeroporto do Porto, combater o desprezo territorial pela região Norte” (Documento 6), apresentada pelo Grupo Municipal do BE, para o Período de Antes da Ordem do Dia. -----

----- Dizer também que iremos votar favoravelmente as quatro moções. -----

----- **DANIEL VIEIRA** (CDU) – Sobre o conjunto de moções que estão aqui colocadas, acompanhamos as propostas da IL, as propostas do BE, sendo que temos algumas divergências quanto à moção sobre a questão do aeroporto e da TAP, mas estamos de acordo com a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

25. FEV 2024



questão de fundo e com a questão do serviço público. Acompanharemos a proposta do PAN sobre os recursos hídricos e gostaríamos de acompanhar a proposta do PAN sobre a questão do voto de pesar, com duas questões, nós consideramos que a Assembleia Municipal não pode ir mais longe do que o que foi o Governo Português, a Comunidade Internacional e as não suspeitas Secretas Ucrínicas numa já culpabilização do que aconteceu e também não acompanhamos a ideia de que o seu propósito de vida foi morrer pela liberdade, como se isto fosse um propósito de vida, portanto, nós estamos disponíveis para aprovar um voto de pesar que condene todas as prisões políticas inclusive aquelas que são feitas pelo estado capitalista russo e também estamos disponíveis para aprovar um voto de pesar por todos aqueles que são vítimas de perseguições de outros estados. Achamos que estas duas questões vão longe demais e, portanto, eu sei que este voto de pesar já passou por outras Assembleias Municipais, em algumas foram possíveis estas alterações que nos parecem ajustadas, mas deixamos isto à consideração de quem faz a proposta, é o PAN que decidirá se aceita ou não. -----

----- Questões mais políticas, nós estamos em plena campanha eleitoral, as Eleições Legislativas são a 10 de março, eu creio que é uma pena que nesta Assembleia Municipal, no conjunto das intervenções que existiram até ao momento, ninguém tenha predisposição para discutir o impacto que as Eleições Legislativas podem ou não ter em Gondomar, eu já li os programas de quase todas as forças políticas e há partidos que têm propostas que têm consequências diretas no nosso Concelho e eu creio que nós temos um problema de falta de debate público e este devia ser o momento para nós podermos, por exemplo, estar aqui a tentar criar um consenso de todas as forças políticas para alguns investimentos e opções de fundo relativamente a Gondomar. Eu queria dizer que há quatro questões no nosso entendimento que na próxima legislatura deviam avançar e que era muito importante esse consenso no nosso Concelho entre as forças políticas, para que isso também acontecesse na Assembleia da República. A primeira tem a ver com a questão do metro, aliás hoje vi umas trocas de acusações relativamente a essa matéria, mas a questão da ligação metro até ao centro de Gondomar, via Valbom, é um projeto muito importante, era muito importante que houvesse um consenso e que hoje estivéssemos a reivindicar aqui, através desta Assembleia Municipal, que isso pudesse estar no programa de todos os partidos. A questão das linhas de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

29.FEV 2024



água e do Plano Estratégico para o Douro e os seus afluentes, não há solução para o Douro sem o Estado Central e sem a articulação entre os Municípios e, portanto, devia haver também um consenso sobre esta matéria aqui. Serras do Porto, não há solução de fundo para as Serras do Porto sem o Estado Central, os três Municípios envolvidos, por muito esforço que tenham, não conseguem resolver os problemas de fundo de combate à monocultura do Eucalipto, problemas de fundo na preservação do património cultural e religioso sem um consenso ao nível do Estado Central. Por último, a questão da eliminação das portagens na A32 e A43 que são um bloqueio ao desenvolvimento do Concelho e que são uma dupla penalização para as populações do Alto do Concelho, que já vêm muitos serviços públicos a ser encerrados e têm esta dupla penalização de terem de pagar portagens. -----

----- Uma questão que eu queria colocar tem a ver com a UNIR, para dizer o seguinte, nós estamos de acordo que tem havido evoluções positivas, mas continua a haver vários problemas, qual é o ponto de situação? O que é que sentem neste momento? A nós continuam a chegar problemas nos atrasos dos autocarros, supressões de carreiras, transbordos que não fazem sentido, falta de informação nas paragens, ou seja, já passaram cerca de três meses desde que esta operação começou e a verdade é que continuamos a sentir que há problemas de fundo no funcionamento da operação. -----

----- **EUGÉNIA FARIA** (CDU) – A questão que me traz aqui era uma pergunta que queria deixar aqui ao Executivo, creio que a minha camarada Cristina já colocou a questão em reunião de Câmara, mas não foram respondidas as questões que nós colocamos na Assembleia do dia 11 de dezembro. No dia 11 de dezembro conseguimos aprovar duas propostas no sentido da Câmara garantir que a recolha de amostras de águas de consumos e de esgotos tratados e libertados pelas ETAR eram realizadas por uma empresa autónoma à gestão das Águas de Gondomar e proceder à divulgação dos respetivos boletins de análise. A questão que eu coloco é saber se o Executivo Municipal já começou a adotar medidas e se já tem divulgado o resultado das referidas análises, se ainda não foi feito gostaríamos de saber o que é que o Executivo Municipal está a fazer no sentido da sua implementação, dando cumprimento a uma decisão da Assembleia Municipal do dia 11 de dezembro. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

29.FEV 2024



----- **MANUEL PEDRO CARVALHO** (CDS) – Queria deixar uma palavra de pesar pelo falecimento da Deputada Odete Santos do PCP que, apesar de ideologicamente estar completamente do lado oposto, foi sempre uma mulher de convicções fortes, que lutou sempre pelos seus ideais e pelas convicções que defendia, mas mais importante do que isso, foi sempre uma Deputada honesta e íntegra, que nunca utilizou a política e os cargos que desempenhou para proveito próprio e atualmente isso é de valorizar. O CDS doutrinariamente estará sempre do lado contrário da CDU e do PCP, mas não sendo eu sectário, não podia deixar de assinalar a sua partida e de apresentar as minhas condolências à CDU. -----

----- Relativamente a questões locais de Gondomar, eu gostaria de chamar à atenção do Executivo, que está hoje até a ser votado o regulamento do Conselho Municipal de Segurança e muito bem, é no nosso entender um órgão muito importante, o que o CDS espera e deseja é que não seja apenas mais Conselho Municipal que existe, mas que não reúne e dou como exemplo o Conselho Municipal da Juventude que, no meu tempo de dirigente da juventude popular, ainda no anterior Executivo, foi um assunto que me foi bastante caro e que pugnei na altura pela sua constituição, que não existia, foi mais tarde constituído e nesse sentido gostaria de deixar aqui esta nota que os conselhos municipais são importantes e devem existir, mas têm que funcionar. -----

----- Uma chamada de atenção, no Parque Urbano de Gondomar a manutenção de infraestruturas está bastante desleixada, a iluminação pública do local funciona apenas em metade da sua instalação, relativamente ao lago a bomba não funciona, não sei se está avariada ou não, deixo estas notas para que esta instalação não venha a sofrer de falta de manutenção como outros equipamentos municipais noutras freguesia. -----

----- Relativamente aos documentos que são aqui hoje votados eu queria dar as seguintes notas, votaremos favoravelmente as duas propostas do PAN e de referir que a questão das descargas das águas residuais é um assunto que o CDS já trouxe aqui, à semelhança de outras forças políticas, várias vezes vários documentos à votação, ainda inclusivamente no anterior mandato, e acompanhamos as preocupações do PAN e subscrevemos, o mesmo também relativamente ao Voto de Pesar de Alexei Navalny. Quanto às duas propostas do BE, o CDS irá votar contra as duas, a primeira porque o BE de forma populista e demagógica mistura a defesa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

29.FEV.2024



dos direitos das mulheres com a questão do aborto e da ideologia de género, no CDS não temos vergonha de afirmar o que somos e aquilo que defendemos, somos sempre defensores dos direitos das mulheres e sempre contra a violência doméstica, sexual ou qualquer outro tipo de violência exercida sobre as mulheres e sobre os homens, somos conservadores dos valores liberais e na economia, não iremos é branquear o progressismo revolucionário e a agenda radical do BE, que considera normal a permanência de crianças do mesmo sexo nas casas-de-banho ou a doutrinação na escola das mesmas, no meu tempo frequentava Religião Moral e Católica se quisesse, não era obrigada a fazê-lo. Relativamente à questão do aeroporto, dizer que efetivamente o problema é de fundo, é de início e a TAP não deveria ter sido privatizada em pacote, ou seja, os aeroportos deveriam ter sido privatizados em separado, a questão que o BE coloca tem efetivamente algum sentido, mas as companhias de bandeira não regressam ao aeroporto por decreto, se a TAP e as companhias aéreas de bandeira não voam para o Aeroporto do Porto foi uma decisão das empresas de gestão, ou seja, o que o BE propões não faz grande sentido. -----

----- Para finalizar, não podia deixar de passar aqui uma situação que hoje aconteceu, o Senhor Presidente utilizou o seu Facebook pessoal para partilhar notícias falsas, veio dizer que o programa eleitoral da AD para Gondomar não contempla o metro para Gondomar. Que eu saiba já existe um metro para Gondomar, não existe um metro em Gondomar até ao centro do Concelho, mas temos de ser honestos e verdadeiros, existe um metro que passa em três Freguesias e só não está no centro de Gondomar, porque o Partido Socialista durante estes dez anos também não teve força política junto do Governo da sua cor para o fazer chegar até Gondomar ou avançar com a linha de Valbom até aqui. Efetivamente o que os Gondomarenses têm até este momento são *outdoors* e propaganda política do PS de Gondomar a anunciar o metro, metro concretizado temos um infelizmente que termina em Fânzeres, não termina em Gondomar. Custa-me estar a vir aqui fazer este tipo de intervenções e ter de concordar com aquilo que o Senhor Deputado Daniel disse, efetivamente deveria ter havido algum entendimento relativamente a questões de fundo, questões ambientais e de transportes, subscrevemos o que Senhor Deputado Daniel disse. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

29.FEV 2024



----- **ALEXANDRA CARVALHO (PAN)** – Queríamos começar por congratular o nosso Executivo, a Câmara Municipal de Gondomar pelo *Pet Festival* que tivemos cá no Concelho, tivemos um *feedback* muito bom, os colegas que foram visitar também gostaram e aproveitamos para perguntar quando é que vamos ter o novo CROAG? Ainda há pouco tive oportunidade de ir ao CROAG por uma questão pessoal e é muito pequenino. Queríamos ou não os animais existem, infelizmente há muitos na rua, a nível particular há vários cidadãos que tentam mudar isto, mas é impossível sem a ajuda preciosa que temos tido por parte do Executivo. É uma questão de amor ao próximo, não humano, mas também é, de saúde pública e de limpeza das nossas ruas do Concelho, é importante que o novo CROAG saia do papel e que consigamos ter pronto o quanto antes e queríamos deixar aqui a questão de como está o desenvolvimento do mesmo. --

----- Queríamos falar dos nossos recursos hídricos e o problema que temos tido no Concelho ao nível das estações de tratamento das águas residuais, sabemos que continuam a existir descargas diretas para os rios, temos problemas no Rio Tinto e na Ribeira da Archeira. Apesar de todo o esforço da Câmara na questão do Rio Tinto sabemos que continuamos a ter estes problemas e que são necessários resolver, é necessário intervir e gostávamos que a Câmara conseguisse chegar até às Águas de Gondomar e que conseguisse que fossem feitas algumas ações para que consigamos melhorar os nossos recursos hídricos e para que consigamos nós todos estarmos informados, por exemplo, de como serão feitas as descargas, se há possibilidade de diagnóstico das nossas águas para sabermos como atuar. -----

----- Por fim, queríamos deixar um voto de pesar pela morte de Alexei Navalny, ouvimos o Senhor Deputado Daniel, já outro Deputado veio ter comigo com algumas questões sobre este voto de pesar, concordámos que poderemos fazer algumas alterações, independentemente das questões políticas de concordarmos ou não com a forma como ele as expunha e atuava, foi um ser humano que tentou fazer o possível contra um sistema ditatorial e sobre isso estamos com ele, porque também já o vivemos e sabemos que não podemos estar em democracia quando há um sistema deste género. No próximo 25 de Abril vamos celebrar os 50 anos do fim da ditadura no nosso país e por isso também levamos o gesto à embaixadora de Portugal em Moscovo que depositou os cravos vermelhos na pedra de Solovetsky para recordar várias vítimas de repressão política na Rússia e queríamos deixar este voto de pesar e um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

29. FEV 2024



agradecimento à nossa embaixadora por ter levado cravos, que tanto tem de bom para Portugal, até à Rússia. -----

----- **EMANUEL ANDRADE (PSD)** – Relativamente aos documentos apresentados no Período de Antes da Ordem do Dia, o PSD vai votar favoravelmente a recomendação e o voto de pesar apresentado pelo PAN, igualmente como as moções apresentadas pela IL. Já relativamente às duas moções apresentadas pelo BE, relativamente ao Dia da Mulher em primeiro lugar, o PSD apela também a que o BE retire o número 3 da sua moção, porque achamos lamentável utilizar uma moção com um tema tão sensível e tão delicado como é o Dia da Mulher e os direitos das mulheres para apelar ao voto no partido. O nosso entendimento com o ponto 3 é que havendo uma mobilização das mulheres no dia 10 é para votar no BE e nós como partido que também nos reconhecemos defensores dos direitos das mulheres, defensores do Dia da Mulher e defensores também do aborto, não podemos compactuar com isto. Se o BE entender em retirar o número 3 nós acompanhamos a moção. Relativamente à moção do Aeroporto do Porto, eu li duas vezes a moção e, para além do ataque ao lucro privado, não consegui perceber qual é que era a razão de ser desta moção honestamente. Ataca-se muito as companhias de baixo custo, mas o Aeroporto do Porto provavelmente é o melhor aeroporto do nosso país, se não fossem as companhias de baixo custo milhares e milhares de pessoas não conseguiam visitar as grandes capitais europeias que o BE menciona, que só com os voos de longo curso é que se consegue. Acho completamente desproporcional, não faz sentido muitas das coisas que aqui estão alegadas e, nesse sentido, o PSD irá votar contra. -----

----- Por fim, e uma vez que já foi aqui mencionado também, eu vou ser muito sintético em relação a isto, mas hoje à tarde também vi uma publicação no nosso Presidente da Câmara em que nos mostra um quadro feito provavelmente por alguém do PS, em que nos mostra um quadro em branco e depois as medidas para as redes de metro do PS. Uma coisa é nós fazermos campanha, uma coisa é nós fazermos as nossas propostas, criticarmos as propostas dos outros e mesmo nas redes sociais faz parte também provocarmo-nos uns aos outros, mas sempre de maneira correta, ordeira e, sobretudo, verdadeira e o que o Senhor Presidente da Câmara fez hoje foi, como já foi aqui dito pelo Senhor Deputado Pedro Carvalho, uma notícia falsa, é mentira, o PSD não defende o metro para Gondomar, então eu pergunto o que é que o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

29.FEV 2024



PS defende para Gondomar, porque está no poder há onze anos e nem uma paragem de metro a mais nós conseguimos obter. Acompanhamos o que o Senhor Deputado Daniel disse, acho que só em conjunto conseguiremos provavelmente que o metro melhore, que consigamos a linha de Gondomar para o Souto, fica só aqui um pequeno desabafo, campanha sim, pegarmos uns com os outros também, mas sempre de maneira saudável e sobretudo sempre de maneira leal e verdadeira. -----

----- **JOÃO PEDRO FORTE (PS)** – Eu gostava só de deixar aqui duas notas, a primeira é relativamente à questão do Aeroporto do Porto, que é uma proposta que foi aqui trazida pelo BE, eu não vou falar muito sobre essa proposta, o PS acompanha, mas o que eu gostava de falar, aproveitando as intervenções anteriores, é o risco que se corre quando infraestruturas que são de todos são privatizadas, quando isso acontece os riscos que se correm são grandes, um deles é os interesses das comunidades poderem estar em causa, designadamente com o que acontece com um novo aeroporto que se queira fazer no sul do país que estará sempre condicionado aos interesses da empresa e, portanto, queria só deixar o alerta para quem defende que tudo deve ser privado, nada gerido pelo Estado, mas depois temos estes riscos. ---

----- O segundo ponto, acho que é muito injusto dizer-se que o PS e a Câmara atual, que tem este Executivo que está em funções há uns anos, nada têm feito pelo metro, estamos a falar de um investimento que é do conhecimento público de 158 milhões de euros, estamos a falar de uma obra que vai ter um viaduto com uma extensão superior a 800 metros, não é coisa pouca, não é uma coisa que esteja ao alcance por artes mágicas, nós sabemos que a Câmara Municipal fez todos os esforços para que esse investimento pudesse acontecer no mais curto espaço de tempo possível, a reivindicação para Gondomar também foi acompanhada por outros territórios, designadamente a Trofa por exemplo e, portanto, não é muito justo dizer-se que a Câmara Municipal da gestão do PS nada fez para que o metro chegasse a Gondomar, por via Valbom, eu queria deixar essa nota, porque todos nós se puxarmos um bocadinho pela nossa memória sabemos que muito foi feito e muita reivindicação foi feita junto do poder central e, obviamente, estamos a falar de muito dinheiro e estas coisas têm de ser feitas de forma faseada. Eu, como Gondomarense, queria que o metro já tivesse chegado a Gondomar para S. Cosme há mais tempo, não foi possível, esperemos que chegue no mais curto espaço de tempo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

29.FEV 2024



----- **SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA** – Se me permitirem todos, vou só dar uma palavra ao Sr. Bruno Rio, que há pouco não me ocorreu, porque realmente nós estamos com muitas obras no nosso parque de escolas. A obra relativamente à EB/JI de Vila Verde o concurso já foi lançado, entretanto sucede que teve em período de erros e omissões e em final de janeiro já foi levado a reunião de câmara e, portanto, deve estar a terminar o prazo para apresentação de propostas. Se ficou a descoberto, o Orçamento vai ser elevado em 25% que é a regra que tem sido seguida e devo dar nota de que é uma intervenção de 1 milhão e 250 mil euros, o que quer dizer que vai ser uma intervenção muito profunda naquele equipamento escolar e, portanto, a obra vai avançar, não lhe posso dizer exatamente quando, mas já está numa fase bastante adiantada. -----

----- Farei chegar ao Senhor Presidente estas questões das lombas nos arruamentos, é evidente que algumas destas lombas exigem obras de construção civil e eu compreendo que essas obras não são feitas todos os anos, mas eu darei nota disso e da eventual possibilidade de colocação de outro tipo de lombas. -----

----- No essencial queria dar nota do seguinte, o Senhor Presidente não está presente hoje e realmente não é bonito referirmo-nos a pessoas que estão ausentes com apreciações depreciativas que muitas vezes não fazemos frente a frente, isso não é bonito. Dizer que se a AD prevê no seu programa a concretização da linha de metro como está previsto no programa do PS, tem a oportunidade aqui de o demonstrar e podem ter a certeza que ficaremos muito felizes que isso seja assim e acompanhando aquilo que foi dito pelo Senhor Deputado Daniel Vieira, essa é uma matéria que deveria exigir o consenso de todas as forças políticas, independentemente da força política que vença as próximas eleições, tudo o que não queremos é que quem vença mude de ideias, porque a nova fase da Metro do Porto foi anunciada pelo Senhor Primeiro Ministro no Auditório Municipal de Gondomar. No concurso julgo que já terminou o prazo para apresentação de propostas, avançará em breve o projeto de execução para essa linha e, portanto, os Senhores Deputados do PSD e do CDS têm oportunidade esta noite de se dirigirem a todos nós indicando onde é que no vosso programa está prevista a continuação da linha do metro por Gondomar, no programa do PS isso está lá previsto. Os Senhores Deputados é que trouxeram este tema para a Assembleia Municipal e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

29.FEV 2024



julgo que todos teremos razões de grande contentamento se nos esclarecerem e disserem aqui que realmente contemplam no vosso programa de Governo a concretização da linha de metro para Gondomar. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou o Grupo Municipal do BE sobre a aceitação da alteração sugerida pelos Grupos Municipais do PSD e da IL, à moção apresentada sobre “A importância do 8 de Março e o voto nos direitos das Mulheres”, a qual **não foi aceite**. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou a Deputada Municipal do PAN sobre a aceitação da alteração sugerida pelo Grupo Municipal da CDU, ao Voto de Pesar apresentado “Pela morte de Alexei Navalny”, a qual **foi aceite**. -----

----- **EMANUEL ANDRADE** (PSD) – Senhor Vice-Presidente, só para responder à sua pergunta, página 149 do Programa da AD, onde diz “Infraestruturas”, “Adotar uma estratégia de médio e longo prazo, independente dos ciclos políticos, à semelhança das experiências do PET13 + (2015) e PNI2030 (2023)”, “Concretizar os projetos previstos e aprovados pelo Plano Nacional de Investimentos 2030”. Não é pelo facto de não discriminar diretamente Gondomar que a AD não irá defender e tentar levar avante esta medida. -----

----- **SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** – Entretanto o PAN autorizou a deliberação no que diz respeito ao Voto de Pesar, “A Assembleia Municipal de Gondomar, reunida a 29 de fevereiro de 2024, deliberou aprovar um Voto de Pesar pela morte de Alexei Navalny e manifestar a nossa solidariedade com todos os presos políticos”. -----

----- **SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA** – Senhores Deputados, eu quando disse que teríamos razões para nos congratular, não ficou muito claro, quer dizer, adotar uma estratégia de longo prazo é diferente de dizer expressamente vamos colocar, vamos avançar com as linhas, é diferente, mas se os Senhores têm a garantia que vão continuar com esta fase que já está em avançado estado, é razão para nos congratularmos, porque não tenham dúvidas de que aqui nesta sala e nos órgãos autárquicos, a nossa função é lutar por Gondomar independentemente das circunstâncias, não tenham dúvidas disso. -----

----- O Senhor Deputado **Fernando Cerqueira** (PS) declarou que se o PAN alterasse o Voto de Pesar apresentado, o Grupo Municipal do PS votaria contra. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

29.FEV 2024



----- **ALEXANDRA CARVALHO (PAN)** – Compreendo a questão que o Senhor Deputado levantou, tinha aprovado da forma como estava, foi realmente a forma como elaboramos, entretanto, quando cá cheguei houve dois Deputados que vieram dar-me opiniões semelhantes, ponderamos e realmente terá a sua lógica, então vamos optar pela alteração. -----

----- **VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS À MESA:** -----

----- **RECOMENDAÇÃO** (Documento 1), “Por recursos hídricos mais saudáveis”, apresentada pelo Deputado Municipal do **PAN: Aprovada por unanimidade.** -----

----- **VOTO DE PESAR** (Documento 2), sobre “Voto de pesar pela morte de Alexei Navalny”, apresentado pela Deputada Municipal do **PAN**, com a seguinte alteração “1. A Assembleia Municipal de Gondomar, reunida a 29 de fevereiro de 2024, deliberou aprovar um Voto de Pesar pela morte de Alexei Navalny e manifestar a sua solidariedade com todos os presos políticos”: **Aprovado por maioria**, com 6 votos contra (PS), 10 abstenções (PS) e 24 votos a favor (7 PS + 6 PSD + 4 CDU + 2 BE + 2 CDS + 1 CH + 1 PAN + 1 IL). -----

----- **RECOMENDAÇÃO** (Documento 3), “Por uma maior transparência nas obras da rede viária do Município”, apresentada pelo Grupo Municipal da **IL: Rejeitada por maioria**, com 23 votos contra (PS) e 17 votos a favor (6 PSD + 4 CDU + 2 BE + 2 CDS + 1 CH + 1 PAN + 1 IL). -----

----- **RECOMENDAÇÃO** (Documento 4), - “Pela melhoria das condições para quem anda de transportes públicos”, apresentada pelo Grupo Municipal da **IL: Aprovada por unanimidade.** ---

----- **MOÇÃO** (Documento 5), - “A importância do 8 de Março e o voto nos direitos das Mulheres”, apresentada pelo Grupo Municipal do **BE: Aprovada por maioria**, com 3 votos contra (2 CDS + 1 CH), 7 abstenções (6 PSD + 1 IL) e 30 votos a favor (23 PS + 4 CDU + 2 BE + 1 PAN). -----

----- Pelo Grupo Municipal do CDS e pelo Deputado Municipal da IL, foram apresentadas as declarações de voto, que adiante seguem. -----

----- **MOÇÃO** (Documento 6) - “Defender o Aeroporto do Porto, combater o desprezo territorial pela região Norte”, apresentada pelo Grupo Municipal do **BE: Aprovada por maioria**, com 9 votos contra (6 PSD + 2 CDS + 1 IL), 2 abstenções (1 CH + 1 PAN) e 29 votos a favor (23 PS + 4 CDU + 2 BE). -----

----- Pelo Grupo Municipal do CDS, foi apresentada a declaração de voto, que adiante segue.



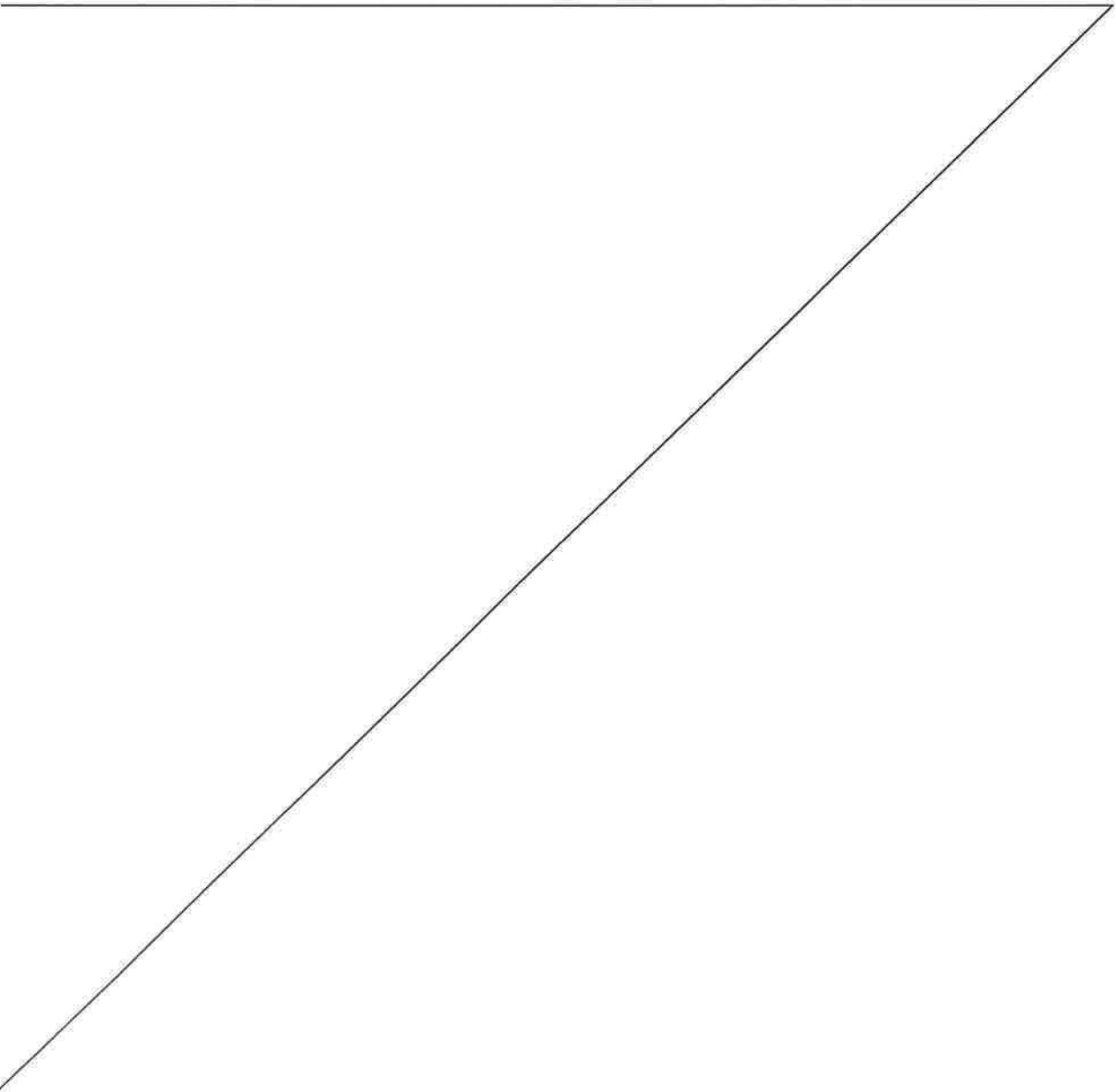
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

29.FEV 2024



----- **SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA** – Quanto às amostras da água, não compete à Câmara proceder a amostras, há entidades que estão a fazê-lo. A informação que temos é que, depois daquela situação que foi do conhecimento de todos, obviamente já não é a mesma empresa que procede às análises para as Águas de Gondomar e sabemos que há diversas entidades a acompanhar o assunto incluindo a APA e a ERSAR e, neste momento, estas são as informações que temos quanto ao assunto. -----

----- Conforme nos locais desta Ata se assinala, no Período de Antes da Ordem do Dia, foram apresentadas as declarações de voto, que adiante seguem: -----



29.FEV 2024



Two handwritten signatures in black ink, one above the other, located in the top right corner of the page.

**Assembleia Municipal de Gondomar**  
**Declaração de Voto – Período Antes da Ordem do Dia**  
**Documento 5 – Bloco de Esquerda**

Relativamente ao Documento 5 do Período Antes da Ordem do Dia, apresentado pelo Deputado do Bloco de Esquerda, o Grupo Municipal do CDS optou por votar **CONTRA**, pelos seguintes motivos:

1. A proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda apesar de meritória, infelizmente tal como em propostas anteriores peca por uma excessiva carga ideológica;
2. O Bloco de Esquerda mistura a defesa dos direitos das mulheres, com a ideologia de género, e com a defesa do aborto, temas aos quais o CDS se opõe cabalmente, nos termos em que a Esquerda os tem tentado normalizar;
3. Para além do acima exposto, o documento do BE faz um apelo claro e objectivo ao voto das mulheres nesta força política;
4. Por último, e não menos importante, o CDS é sempre contra qualquer tipo de violência contra as mulheres, seja ela física, psicológica, sexual ou outra;
5. Pelos motivos acima expostos, o Grupo Municipal do CDS optou por votar **CONTRA**.

O Grupo Municipal do CDS  
Pedro Carvalho  
Urbano Marques  
Gondomar, 29 de Fevereiro de 2024  
[geral@cds-gondomar.com](mailto:geral@cds-gondomar.com)  
[www.cds-gondomar.com](http://www.cds-gondomar.com)

29.FEV 2024



**iniciativa  
Liberal**

### **Declaração de voto – Período Antes da Ordem do Dia**

#### **Moção – “A importância do 8 de Março e o voto nos direitos das Mulheres”**

O Dia Internacional da Mulher, celebrado a 8 de Março, merece todo o louvor, sendo fundamental, todos os anos, lembrar quem lutou pelos direitos da Mulher que já foram conquistados, bem como a necessidade de lutar todos os dias para os manter.

Deste modo, a Iniciativa Liberal acompanha o essencial dos considerandos desta moção apresentada pelo Bloco de Esquerda. Não obstante, o ponto 3 desta moção traz uma carga ideológica que nos é impossível acompanhar, pois desvirtua os méritos do documento proposto.

Uma vez que, e após proposta da Iniciativa Liberal, este ponto 3 não foi retirado ou alterado, a Iniciativa Liberal não consegue acompanhar na totalidade, pelo que se **ABSTÉM** nesta moção.

O Deputado Municipal da Iniciativa Liberal,

Carlos Eduardo Aranha e Costa

29.FEV.2024



Two handwritten signatures in black ink are located in the top right corner of the page.

**Assembleia Municipal de Gondomar**  
**Declaração de Voto – Período Antes da Ordem do Dia**  
**Documento 6 – Bloco de Esquerda**

Relativamente ao Documento 6 do Período Antes da Ordem do Dia, apresentado pelo Deputado do Bloco de Esquerda, o Grupo Municipal do CDS optou por votar **CONTRA**, pelos seguintes motivos:

1. A proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda apesar de meritória, infelizmente tal como em propostas anteriores peca por uma excessiva carga ideológica;
2. O Bloco de Esquerda é sempre contra a iniciativa privada, e a favor da estatização da Economia, defendendo a Nacionalização da TAP e da ANA;
3. O BE menciona no documento ser contra as companhias áreas de baixo custo, sendo que no entender do CDS, são estas empresas que neste momento estão a assegurar o transporte e as linhas que não estão a ser asseguradas pela TAP e por outras companhias congéneres, por decisão própria das suas Administrações;
4. O CDS reconhece que a privatização da ANA deveria ter sido efectuada de uma outra forma, nomeadamente com a privatização em separado de cada uma estruturas aeroportuárias;
5. Pelos motivos acima expostos, o Grupo Municipal do CDS optou por votar **CONTRA**.

O Grupo Municipal do CDS  
Pedro Carvalho  
Urbano Marques  
Gondomar, 29 de Fevereiro de 2024  
[geral@cds-gondomar.com](mailto:geral@cds-gondomar.com)  
[www.cds-gondomar.com](http://www.cds-gondomar.com)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

29.FEV 2024



----- Entrou-se no ponto 4 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

----- 4.1. Discussão e votação da ata da sessão anterior (11-12-2024). -----

----- **VOTAÇÃO – Aprovada por unanimidade.** Nos termos do número 3, do Código do Procedimento Administrativo, não participaram na votação os(as) Senhores(as) Deputados(as): Manuel Ferreira Martins, Maria Teresa Rocha Sousa Santos, Alexandra dos Santos Carvalho, Marina Teodora Romana e Artur Fernando Torres Vieira de Sousa, por não terem estado presentes na sessão. -----

----- 4.2. Propostas da Câmara Municipal de Gondomar sobre: -----

----- a) Regulamento do Conselho Municipal de Segurança; -----

----- **SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA** – A Câmara Municipal aprovou em janeiro uma proposta de Regulamento para o Conselho Municipal de Segurança, é o regulamento que vem anexo à presente proposta, de qualquer forma, se for necessário algum esclarecimento eu tentarei elucidar. -----

----- **MARINA ROMANA (BE)** – Leu e entregou a declaração de voto, que adiante segue. -----

----- **VOTAÇÃO – Ponto a) - “Regulamento do Conselho Municipal de Segurança”:** **Aprovada por maioria**, com 9 abstenções (6 PSD + 2 BE + 1 CH) e 31 votos a favor (23 PS + 4 CDU + 2 CDS + 1 PAN + 1 IL). -----

----- Pelo Grupo Municipal do BE, foi apresentada a declaração de voto, que adiante segue. --



29.FEV 2024

## DECLARAÇÃO DE VOTO

Considerando que estamos num mundo em que proliferam os movimentos de ódio, julgamos de extrema importância estarmos atentos ao crescimento deste fenómeno no nosso concelho e encontrar estratégias de combate a este tipo de crimes.

Tivemos hoje conhecimento dos resultados do 13º Relatório sobre a Situação dos Direitos Humanos das Pessoas LGBTI+ na Europa e na Ásia Central, publicado pela Ilga-Europa, que revela um aumento alarmante do discurso de ódio contra a população LGBTI, especialmente transfóbicas, feitas por pessoas políticas em toda a Europa. O mesmo relatório chama a atenção para a maioria das declarações anti-trans que instrumentaliza crianças, utilizando táticas de intimidação para criar oposição ao acesso de menores trans à saúde e restrições à educação. Esse padrão mais amplo inclui políticos em toda a Europa argumentando que limitar o acesso a informações sobre pessoas LGBTI+ evita danos a menores. O relatório evidencia que a demonização por parte de políticos, combinada com tentativas de introduzir legislação, está a impactar as taxas de suicídio e a saúde mental, especialmente entre jovens LGBTI, resultando também num aumento de protestos violentos fora de escolas e bibliotecas, colocando jovens em situação de risco.

Hoje, nesta mesma rua, na Escola Secundária de Gondomar, teve lugar um debate cujo objetivo era a sensibilização política e eleitoral. O testemunho do jovem representante do Bloco de Esquerda que esteve presente foi o seguinte:

*“Estava lá um representante de um partido que defendeu as maiores barbaridades... era contra a ideologia de género (seja lá isso o que for), era contra o feminismo, a informação sobre questões lgbt nas escolas pois considerava propaganda, afirmava que*



29.FEV 2024

*os gays tinham privilégios em relação aos outros, era anti vacinas, disse que as alterações climáticas são uma fraude, era anti-ciganos, disse que estava a haver uma substituição populacional, que ser transgénero era uma doença e que precisavam era só de psiquiatria.*

*Foi horrível e inacreditável ouvir algumas das coisas que disse. Mas sabem o que foi pior? No final do debate, vi uma rapariga a chorar, ela aproximou-se de onde estávamos com os professores e foi aí que percebi. Ela estava a chorar por causa daquele discurso de ódio contra as pessoas lgbt. Sentiu-se pessoalmente atacada, desumanizada. Nunca vou esquecer isto. Torna as coisas concretas. A forma como esta gente é tão alheada relativamente ao outro, não fazem ideia do mal que provocam com o que defendem. Alguns alunos vieram no final ter comigo para me agradecer pelo que disse. Era um rapaz da minha idade plenamente confiante do que dizia e a utilizar o argumento da ciência para justificar o ódio que semeou junto daqueles e daquelas jovens”*

Por isso, após análise atenta da proposta enviada relativamente ao Regulamento para o Conselho Municipal de Segurança, na nossa perspetiva, este apresenta uma lacuna grave ao não considerar nem a observação nem o combate a crimes de ódio, resultantes do racismo e da discriminação, desconsiderando como instrumento de combate o Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação.

Outra questão que nos chamou a atenção, e que está interligada com a nossa observação anterior, é o facto de nesta proposta de Regulamento, podermos saber que um dos objetivos do Conselho ser “promover a discussão sobre medidas de combate [...] à



29.FEV 2024

exclusão social”. No entanto, só tomam em consideração as questões de segurança e inserção social, negligenciando a inclusão social. A inclusão e inserção são vistos como dois conceitos muito parecidos, mas eles têm sentidos distintos.

A inclusão social promove a autonomia e combate as diversas formas de exclusão social. A inserção tem como objetivo diminuir a desigualdade social em vários âmbitos. São conceitos interligados e complementares, mas que atuam em níveis diferentes na sociedade.

Por estes motivos, votámos em **ABSTENÇÃO**.

Gondomar, 29 de fevereiro de 2024

O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

29.FEV 2024



----- **b) Mapa da demonstração do desempenho orçamental e revisão orçamental;** -----

----- **SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA** – O Orçamento de Estado para 2024, tal como sucedeu nos últimos anos, prevê a possibilidade de integrarmos o Saldo de Gerência antes de aprovarmos as contas do ano anterior. Para isso, temos de aprovar, como é aqui proposto, o mapa de desempenho orçamental que já foi levado à Câmara Municipal e que aqui é trazido para aprovação. É um documento que tenho a certeza de que deram conta, onde estão sucintamente elencados todos os pagamentos e recebimentos ocorridos no ano de 2023, com isso os números do ano estão fechados e por isso é que a lei permite que possamos de imediato integrar o Saldo de Gerência que são cerca de 600 mil euros. Para isso também é preciso uma revisão orçamental, para integrar esse saldo, como também vem anexo à proposta, o valor de 600 mil euros vai praticamente todo para obras nas escolas e também julgo que deram conta de que essa revisão orçamental também prevê mais duas intervenções em escolas, cerca de 6 milhões de euros, 3 milhões de euros para a obra na Escola Secundária de Valbom e 3 milhões de euros para a obra na Escola Secundária de S. Pedro da Cova, que foram integradas na lista de obras urgentes a realizar nas nossas escolas e que vão ser integralmente financiadas pelo Governo e, portanto, esta revisão orçamental visa essencialmente integrar o Saldo de Gerência que terá o destino que disse e também estas alterações que se mostravam indispensáveis, porque nós precisamos de lançar os concursos para essas duas grandes obras nas escolas. -----

----- **DANIEL VIEIRA (CDU)** – Sobre esta questão, eu queria começar por dizer uma coisa, o Senhor Vice-Presidente disse uma coisa que eu acho que é muito relevante e que às vezes nós não nos apercebíamos, que tem a ver com o facto da inclusão do saldo poder acontecer antes da votação do Relatório de Contas, aliás, em tese nós tínhamos um problema que era o Relatório de Contas não pode ser alterado, mas em tese se ele fosse reprovado havia um problema com a inclusão do saldo da gestão a 31 de dezembro e, portanto, havia um problema do ponto de vista legal concreto e, de facto, isto ajuda a ultrapassar essa questão. No entanto, relativamente a esta matéria, independentemente de uma apreciação sobre a inclusão desta ou daquela questão que nos pareça positiva, a verdade é que isto corresponde a um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

29.FEV 2024



Orçamento e a uma estrutura de Orçamento que votamos contra e naturalmente, desse ponto de vista, vamos manter. -----

----- **MIGUEL AZEVEDO (PS)** – Eu só venho aqui reforçar uma coisa muito importante que é o porquê desta alteração além da acusação do saldo do anterior, é exatamente a obra que vai ser feita. Chamar à atenção que, de facto, Gondomar continua a investir e relembrar que neste momento em que nós estamos de campanha eleitoral, lembrar que o PS é um partido de ação, é um partido que faz e este é um dos exemplos que o PS tem para dar e este é de facto um compromisso que nós temos tanto com os portugueses como com os gondomarenses. -----

----- **MARIBEL FERNANDES (PSD)** – Leu e entregou a declaração de voto, que adiante segue. -

----- **SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA** – Eu estranho que o PSD vote contra e que diga aqui expressamente, como todos ouvimos, que é contra as opções. As opções são as escolas públicas, as opções que estão aqui nesta revisão orçamental são quase mais 7 milhões para obras em escolas, o PSD é contra, registamos essa posição. -----

----- **VOTAÇÃO – Ponto b)** – “Mapa da demonstração do desempenho orçamental e revisão orçamental”: **Aprovada por maioria, com 16 votos contra (6 PSD + 4 CDU + 2 BE + 2 CDS + 1 CH + 1 IL) e 24 votos a favor (23 PS + 1 PAN).** -----

----- Pelos Grupos Municipais do PSD, da CDU e do CDS e pelo Deputado Municipal da IL, foram apresentadas as declarações de voto, que adiante seguem. -----

29.FEV 2024



**Reunião de Assembleia Municipal de Gondomar  
29 Fevereiro de 2024**

**Declaração de Voto – Ponto 4.2 b)**

4.2 b) – Mapa da demonstração do desempenho orçamental e revisão orçamental

O executivo PS mantém a insistência em políticas pouco visionárias e sem estratégia para o desenvolvimento sustentável do nosso território.

A revisão proposta não altera a substância nem a qualidade do orçamento, dá continuidade sim, a despesa corrente e subsidiária que consequentemente não altera o estado de estagnação em que Gondomar se encontra, como o demonstram claramente os mais recentes indicadores socioeconómicos.

O PPD/PSD tem alertado para a urgência de estabelecer um orçamento que responda às necessidades dos Gondomarenses e que contribua para o desenvolvimento e recuperação de Gondomar em função da dignidade de vida das pessoas, ao invés de as manter manietadas, com medidas de caráter circunstancial, remediativo e orientadas à conveniência do poder político.

O PPD/PSD não se revê nestas opções, tendo uma diferenciada visão estratégica, preconizando o desenvolvimento sustentável, pugnando por recuperar os atrasos do investimento que permitam colocar o nosso concelho ao nível dos melhores da Área Metropolitana do Porto e do país, pois temos a firme convicção que Gondomar tem potencialidade e tem gente com capacidade para criar as condições, que transmitam confiança e dignidade de vida aos Gondomarenses.

Pelo exposto, e em coerência com a nossa posição sobre o orçamento, o PPD/PSD **vota Contra.**

Os Deputados Municipais do PPD/PSD



*Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Gondomar – 29 de fevereiro de 2024*

**Ponto 4.2 b) – Mapa de demonstração do desempenho orçamental e revisão orçamental**

**CDU – *Declaração de Voto***

Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Gondomar votaram contra o Mapa da demonstração do desempenho orçamental e revisão orçamental porque, apesar de estarmos perante uma proposta que resulta de um procedimento legal, o documento em discussão e votação não está desligado das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2024 cujo conteúdo mereceu a nossa oposição por considerarmos que, do ponto de vista estrutural, não responde às necessidades das populações e aos problemas do concelho.

Gondomar, 29 de fevereiro de 2024

Os deputados municipais da CDU

29.FEV 2024



A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Pedro Carvalho'.

**Assembleia Municipal de Gondomar**

**Declaração de Voto – Mapa da demonstração do desempenho orçamental e revisão orçamental – Proposta**

Relativamente ao assunto supracitado apresentado pelo Executivo Municipal de Gondomar, o Grupo Municipal do CDS optou por votar **CONTRA**, pelos seguintes motivos:

Este ponto da ordem de trabalhos é apenas o cumprimento da legislação em vigor, nomeadamente do artigo 77 da Lei n.º 82/2023, da Lei do Orçamento de Estado para 2024.

Neste sentido, o CDS refere que esta proposta e este documento corresponde às Grandes Opções do Plano (GOP's) e o Orçamento do Município (OM) apresentadas pelo Partido Socialista, contêm as suas orientações políticas fundamentais, a estratégia de desenvolvimento local, os programas, projectos e principais acções que o Executivo Socialista da Câmara Municipal de Gondomar prevê e pretende realizar em 2024.

Pelos motivos acima expostos, o CDS optou por votar **CONTRA**.

O Grupo Municipal do CDS  
Pedro Carvalho  
Urbano Marques  
Gondomar, 29 de Fevereiro de 2024  
[geral@cds-gondomar.com](mailto:geral@cds-gondomar.com)  
[www.cds-gondomar.com](http://www.cds-gondomar.com)

29.FEV 2024

**iniciativa  
liberal**



**Declaração de voto – Ponto 4.2, alínea b): “Mapa de demonstração do desempenho Orçamental e Revisão Orçamental”**

A proposta em questão não passa de um trâmite normal nesta altura do ano, por conta do encerramento e respetivo apuramento do saldo de gerência que transita do ano anterior.

Não obstante, é um documento que, ainda que traga as novidades que são de saudar relativas às obras no parque escolar do Município, mantém, no essencial, a estratégia que foi definida pelo Partido Socialista, com as suas opções e o seu plano, nas quais a Iniciativa Liberal não se revê.

Deste modo, mantendo-se fiel aos seus princípios, a Iniciativa Liberal vota **CONTRA** esta proposta.

O Deputado Municipal da Iniciativa Liberal,

Carlos Eduardo Aranha e Costa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

29.FEV 2024



----- **c) Transportes escolares – Contrato interadministrativo a celebrar com a Junta de Freguesia da Lomba** -----

----- **VOTAÇÃO – Ponto c)** - “Transportes escolares – Contrato interadministrativo a celebrar com a Junta de Freguesia da Lomba”: **Aprovada por unanimidade.** -----

----- **d) Contratos interadministrativo com os Agrupamentos de Escolas/Escola Não Agrupada – Adenda ao contrato interadministrativo de delegação de competências** -----

----- **SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA** – Estas adendas também é usual virem a estas reuniões, resultam de informações que nos vão sendo transmitidas pelos Agrupamentos de Escolas, despesas às quais é necessário acudir, designadamente a inclusão de novos alunos com necessidades educativas especiais, que estão integrados nos tais circuitos especiais, pequenas reparações, em suma é isso. -----

----- **VOTAÇÃO – Ponto d)** - “Contratos interadministrativo com os Agrupamentos de Escolas/Escola Não Agrupada – Adenda ao contrato interadministrativo de delegação de competências”: **Aprovada por unanimidade.** -----

----- Pelo Grupo Municipal do PSD, foi apresentada a declaração de voto, que adiante segue.

29.FEV 2024



**Reunião de Assembleia Municipal de Gondomar  
29 Fevereiro de 2024**

**Declaração de Voto – Ponto 4.2 d)**

4.2 d) - Contratos interadministrativos com os Agrupamentos de Escolas/Escola Não Agrupada – Adenda ao contrato interadministrativo de delegação de competências

Analisando a proposta do PS que menciona “por questões a seguir elencadas, não asseguram as despesas dos Agrupamentos de Escolas/Escola Não Agrupada até ao final do ano letivo”, constata-se que tais “questões” não apresentam nenhuma razão concreta que impedisse a correspondente previsão aquando da celebração dos respetivos contratos interadministrativos de delegação de competências.

O PPD/PSD considera não estar em causa a delegação de competências, nem tão pouco o contrato interadministrativo resultante da mesma, muito pelo contrário, o PPD/PSD considera de importância vital, estabelecer a autonomia das escolas na plenitude da confiança e da capacidade de assumir e gerir os meios adequados às suas necessidades.

A circunstância de nos encontramos em fevereiro de 2024, já com o 2º período em funcionamento, e ainda que tais despesas só venham a ocorrer entre fevereiro e julho de 2024, é preocupante, dado a incapacidade demonstrada por esta maioria para acautelar o planeamento devido em cooperação com as Escolas, garantindo, em tempo oportuno, todas as condições para cumprirem os objetivos e a missão socioeducativa que lhes compete.

Importa referir que o PPD/PSD, em novembro de 2023, alertou “que os fundamentos que sustentavam a proposta de então, eram banais e não permitiam aferir a adequabilidade dos meios às reais necessidades das escolas”.

O PPD/PSD pugna pelo reconhecimento da importância da Educação, sendo fundamental trabalhar em rede e cooperação, respeitando a autonomia das Escolas no cumprimento da sua missão e na concretização dos objetivos programados.

Posto isto e a bem da Educação, o PSD vota a **Favor**.

Os Deputados Municipais do PPD/PSD



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

29.FEV.2024



----- e) Parque Urbano de S. Cosme - Concessão de Exploração de Bar – Café do Lago – Peças do procedimento e abertura de concurso público -----

----- SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA – O contrato de arrendamento foi denunciado pelo arrendatário, neste momento o estabelecimento está desocupado e este procedimento visa abrir novo concurso para que ele possa ser ocupado novamente, para ser explorado como todos desejamos. -----

----- **VOTAÇÃO – Ponto e)** “Parque Urbano de S. Cosme - Concessão de Exploração de Bar – Café do Lago – Peças do procedimento e abertura de concurso público”: **Aprovada por maioria**, com 6 votos contra (PSD), 5 abstenções (2 CDS + 1 CH + 1 PAN + 1 IL) e 29 votos a favor (23 PS + 4 CDU + 2 BE). -----

----- Pelos Grupos Municipais do PSD e do CDS, foram apresentadas as declarações de voto, que adiante seguem. -----

29.FEV 2024



**Reunião de Assembleia Municipal de Gondomar  
29 Fevereiro de 2024**

**Declaração de Voto – Ponto 4.2 e)**

4.2 e) – Parque Urbano de S. Cosme - Concessão de Exploração de Bar – Café do Lago – Peças do procedimento e abertura de concurso público

Considerando que o Executivo, ao instalar estes equipamentos em centros cruciais do comércio de Gondomar, potencia uma concorrência injusta com os estabelecimentos similares de proximidade, facultando-lhes certas condições que favorecem esta área de atividade, o PPD/PSD, em coerência com a sua posição sobre esta matéria, reafirma que entidades públicas, financiadas pelos impostos dos contribuintes, não devem ser promotoras de concorrência desigual com os privados.

Pelo exposto, vota **Contra**.

Os Deputados Municipais do PPD/PSD

29.FEV 2024



A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Pedro Carvalho'.

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Urbano Marques'.

**Assembleia Municipal de Gondomar**

**Declaração de Voto – Parque Urbano de S. Cosme - Concessão de Exploração de Bar – Café do Lago – Peças do procedimento e abertura de concurso público**

Relativamente ao assunto supracitado apresentado pelo Executivo Municipal de Gondomar, o Grupo Municipal do CDS optou por se **ABSTER**, pelos seguintes motivos:

O CDS é por princípio, favorável à iniciativa privada, e entende que não pode a Autarquia fazer concorrência com o dinheiro dos impostos dos Gondomarenses, sendo que neste local existe oferta de vários estabelecimentos comerciais que suprem a procura existente. O Município deve potenciar o Comércio Local, e não colocar-lhe entraves.

Não obstante, e uma vez que a infra-estrutura em assunto já se encontra construída, deve a CMG dinamizar a mesma, através da sua exploração

Pelos motivos acima expostos, o CDS optou por se **ABSTER**.

O Grupo Municipal do CDS  
Pedro Carvalho  
Urbano Marques  
Gondomar, 29 de Fevereiro de 2024  
[geral@cds-gondomar.com](mailto:geral@cds-gondomar.com)  
[www.cds-gondomar.com](http://www.cds-gondomar.com)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

29.FEV 2024



----- f) Terrenos – Desafetação de parcela de terreno, com a área de 13,20m<sup>2</sup>, sita na Rua do Ramalho, em S. Pedro da Cova, na Freguesia de Fânzeres e S. Pedro da Cova -----

----- g) Terrenos – Afetação ao domínio público municipal de duas parcelas de terreno, com as áreas de 859,00m<sup>2</sup> e de 574,00m<sup>2</sup>, sitas na Rua Guerra Junqueiro, em Fânzeres, na Freguesia de Fânzeres e S. Pedro da Cova -----

----- SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA – O primeiro ponto diz respeito a uma desafetação de um particular que solicitou aquisição de um terreno que era de domínio público, daí que vem esta desafetação, para que o particular possa adquirir. -----

----- O segundo ponto diz respeito a uma afetação ao domínio público de duas parcelas que foram expropriadas e nós estamos a cumprir esta formalidade. -----

----- **VOTAÇÃO – Ponto f)** - “Terrenos – Desafetação de parcela de terreno, com a área de 13,20m<sup>2</sup>, sita na Rua do Ramalho, em S. Pedro da Cova, na Freguesia de Fânzeres e S. Pedro da Cova”: **Aprovada por maioria**, com 9 abstenções (4 CDU + 2 BE + 2 CDS + 1 CH) e 31 votos a favor (23 PS + 6 PSD + 1 PAN + 1 IL). -----

----- Pelo Grupo Municipal da CDU, foi apresentada a declaração de voto, que adiante segue.

----- **VOTAÇÃO – Ponto g)** - “Terrenos – Afetação ao domínio público municipal de duas parcelas de terreno, com as áreas de 859,00m<sup>2</sup> e de 574,00m<sup>2</sup>, sitas na Rua Guerra Junqueiro, em Fânzeres, na Freguesia de Fânzeres e S. Pedro da Cova”: **Aprovada por maioria**, com 2 votos contra (CDS), 14 abstenções (6 PSD + 4 CDU + 2 BE + 1 CH + 1 IL) e 24 votos a favor (23 PS + 1 PAN). -----

----- Pelos Grupos Municipais do PSD, da CDU e do CDS e pelo Deputado Municipal da IL foram apresentadas as declarações de voto, que adiante seguem. -----

29.FEV 2024



**Reunião de Assembleia Municipal de Gondomar  
29 Fevereiro de 2024**

**Declaração de Voto – Ponto 4.2 g)**

4.2 g) - “Terrenos – Afetação ao domínio público municipal de duas parcelas de terreno, com as áreas de 859,00m<sup>2</sup> e de 574,00m<sup>2</sup>, sitas na Rua Guerra Junqueiro, em Fânzeres, na Freguesia de Fânzeres e S. Pedro da Cova”

Uma expropriação por utilidade pública determina que os correspondentes processos sigam todas as leis e regulamentos aplicáveis, garantindo que os direitos dos proprietários sejam protegidos e que eles recebam uma compensação justa pela extinção do seu direito real.

No presente caso, não se consegue ter a noção se todos estes passos foram seguidos, pois a proposta não tem informação detalhada sobre o processo iniciado na aquisição das parcelas de terreno.

Não há evidência nos termos da proposta, se foram tomadas todas as diligências no sentido de ter existido uma negociação franca e se ter evitado o recurso ao tribunal para definir os valores da indemnização, valores estes que não constam nesta proposta.

Assim, o PSD, por ter dúvidas sobre a condução deste processo por parte da CMG, abstêm-se.

Os Deputados Municipais do PPD/PSD



*Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Gondomar – 29 de fevereiro de 2024*

**Ponto 4.2 f) – Terrenos – Desafetação de parcela de terreno, com a área de 13,20m<sup>2</sup>, sita na Rua do Ramalho, em S. Pedro da Cova, na Freguesia de Fânzeres e S. Pedro da Cova**

**Ponto 4.2 g) – Terrenos – Afetação ao domínio público municipal de duas parcelas de terreno, com as áreas de 859,00m<sup>2</sup> e de 574,00m<sup>2</sup>, sitas na Rua Guerra Junqueiro, em Fânzeres, na Freguesia de Fânzeres e S. Pedro da Cova – Proposta**

**CDU – *Declaração de Voto***

As propostas relacionadas com a afetação e desafetação de terrenos resultam, na grande maioria dos casos, de soluções para problemas e diferendos com vantagens para os munícipes e o município. Contudo, existem dois aspetos centrais que contribuem para que os eleitos da CDU continuem a optar, em muitas situações, pela abstenção:

i) porque não dispomos de todos os elementos necessários para uma avaliação detalhada destes procedimentos, nem dos meios técnicos e das informações necessárias;

ii) estes procedimentos resultam ainda de processos litigiosos, cuja situação não nos é possível apurar com todos os elementos.

Gondomar, 29 de fevereiro de 2024

Os deputados municipais da CDU

29.FEV 2024



**Assembleia Municipal de Gondomar**

**Declaração de Voto – Terrenos – Afetação ao domínio público municipal de duas parcelas de terreno, com as áreas de 859,00m<sup>2</sup> e de 574,00m<sup>2</sup>, sitas na Rua Guerra Junqueiro, em Fânzeres, na Freguesia de Fânzeres e S. Pedro da Cova – Proposta**

Relativamente ao assunto supracitado apresentado pelo Executivo Municipal de Gondomar, o Grupo Municipal do CDS optou por votar **CONTRA**, pelos seguintes motivos:

O Grupo Municipal do CDS Gondomar entende que a expropriação deve ser uma ferramenta de último recurso, devendo-se optar sempre que seja possível, pela via negocial. Salvaguardando-se assim as naturais expectativas de ambas as partes.

Pelos motivos acima expostos, o CDS optou por votar **CONTRA**.

O Grupo Municipal do CDS  
Pedro Carvalho  
Urbano Marques  
Gondomar, 29 de Fevereiro de 2024  
[geral@cds-gondomar.com](mailto:geral@cds-gondomar.com)  
[www.cds-gondomar.com](http://www.cds-gondomar.com)

29.FEV 2024



**iniciativa  
liberal**

**Declaração de voto – Ponto 4.2, alínea g): “Terrenos – Afetação ao domínio público municipal de duas parcelas de terreno, com as áreas de 859,00m<sup>2</sup> e de 574,00m<sup>2</sup>, sitas na Rua Guerra Junqueiro, em Fânzeres, na Freguesia de Fânzeres e S. Pedro da Cova”**

As propostas da Câmara Municipal no que diz respeito a terrenos, em condições normais, pouco ou nada têm a apontar, salvo raras exceções.

Ora, o caso em apreço aparenta como sendo uma dessas exceções, visto se tratar de uma expropriação litigiosa. Não colocando em causa o juízo de valor atinente à decisão judicial, que é soberana e segundo a qual o poder político não tem de se intrometer, não podemos deixar de notar que expropriação é um dos instrumentos mais agressivos que existe, que atentam contra o direito de propriedade e que devia ser utilizado apenas em situações completamente excepcionais. Ora, neste executivo do Partido Socialista, este tipo de prática tornou-se demasiado comum.

Ainda assim, sobre esse ponto, nada há a fazer, estando, nesta altura, proposta apenas a afetação ao domínio público destas parcelas de terreno, pelo que, no que a essa proposta diz respeito, a Iniciativa Liberal **ABSTÉM-SE**.

O Deputado Municipal da Iniciativa Liberal,  
Carlos Eduardo Aranha e Costa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

29.FEV 2024



----- **h) Projeto de alteração ao “Regulamento do Programa Social +”** -----

----- **VEREADORA SENHORA DRA. CLÁUDIA VIEIRA** – O que aqui está para aprovação trata-se da alteração ao Programa Social +, é um programa que foi implementado em 2014, que decorrente das atuais circunstâncias sociais entendemos que era altura de procedermos a alterações, nomeadamente no que respeita aos valores de referência e a apoios a atribuir às famílias. O projeto de Regulamento esteve em discussão pública, não recebemos qualquer proposta para incluir neste mesmo documento e o que aqui está é a proposta aprovada em reunião de câmara. -----

----- **DANIEL VIEIRA (CDU)** – Uma nota muito breve, até porque já tive em muitas circunstâncias envolvido em discussão de projetos de regulamentos deste e de outros programas de apoio social e como isto não pode ser sempre discordâncias, há muitas coisas que a gente às vezes converge, eu creio que há uma evolução positiva neste projeto de regulamento do Programa Social + e queria alertar para o seguinte, nós podemos estar a passar um momento em que podemos não nos estar a aperceber de novos fenómenos de pobreza. A questão da habitação e de muita gente não ter condições para pagar a prestação da casa seja quem for, digamos assim, o senhorio, o banco ou o proprietário da casa, a verdade é que isto a trazer muita gente para novos fenómenos de pobreza e há uma outra questão que tem a ver com a imigração, nós temos comunidades, nomeadamente a brasileira, muito grande que não conhece por vezes mecanismos para recorrer aos apoios sociais e, portanto, eu creio que é muito importante nós estarmos atentos a isto, nós podemos ter fenómenos diferentes de pobreza daqueles que tínhamos nos anos 70, 80, 90, etc., e poderemos também em resultado dessa evolução ter que dar resposta a outros fenómenos com que hoje podemos estar confrontados. -----

----- **JOÃO PEDRO SILVA (BE)** – Leu e entregou a declaração de voto, que adiante segue. -----

----- **VOTAÇÃO – Ponto h) - “Projeto de alteração ao “Regulamento do Programa Social +”**  
**Aprovada por maioria**, com 8 abstenções (6 PSD + 1 CH + 1 PAN) e 32 votos a favor (23 PS + 4 CDU + 2 BE + 2 CDS + 1 IL). -----

----- Pelo Grupo Municipal do BE foi apresentada a declaração de voto, que adiante segue.-----



29.FEV 2024

## DECLARAÇÃO DE VOTO

Vivemos num tempo em que os movimentos migratórios da população apresentam um crescimento significativo, devido à especulação imobiliária de que todos temos conhecimento, e em que muitas famílias se encontram em elevado risco de pobreza, como podemos ler na própria nota justificativa que acompanha esta proposta.

O Programa Social + na qualidade de programa municipal complementar às políticas e medidas desenhadas e implementadas pelo Sistema da Segurança Social nesta sua nova redação suscita-nos algumas dúvidas, nomeadamente a constitucionalidade relativamente ao requisito mínimo de residência de 6 meses no município, , mesmo existindo a salvaguardar de exceções, para aceder às medidas contidas neste Programa.

Esta nossa inquietação tem como base o artigo 63º da Constituição da República Portuguesa, relativo ao Sistema da Segurança Social, onde não está consagrado como condição indispensável ao acesso às suas medidas um tempo mínimo de residência a nível territorial e a Lei de Bases do Sistema da Segurança Social que, ao enunciar as condições de acesso a diversas medidas, não refere que estas estão dependentes da residência em



29.FEV 2024

território nacional, sendo que só fala de períodos mínimos de residência em relação a pessoas não nacionais.

Apesar de termos estas reticências, **o Bloco votará favoravelmente** na esperança de que sejam salvaguardados os direitos constitucionais no acessos aos apoios sociais integrados neste Programa e por considerarmos o mesmo como um instrumento cirúrgico valioso no combate a situações de vulnerabilidade social nestes tempos tão incertos.

Gondomar, 29 de fevereiro de 2024

O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

29.FEV 2024



----- i) Mapa de Pessoal para o ano de 2024 – 1.ª Alteração -----

----- **CARLOS COSTA (IL)** – Segundo mês do ano e já estamos a discutir uma nova alteração ao Mapa de Pessoal, a minha questão é simples e relativamente sincera, onde é que está o sentido estratégico do Executivo visto que, e ao analisar algumas das justificações que foram dadas, se algumas destas circunstâncias não estavam já previstas. Eu faço esta questão de forma sincera, porque voltando ao tema, o documento da proposta é muito pouco transparente e suscita mais dúvidas do que certezas com a nota justificativa a ser, em bom português, um bocadinho “uma mão cheia de nada”. A IL tem vindo a alertar que esta estrutura orgânica não é adequada e, pelos vistos, o PS até vai concordando se formos a ver a quantidade de vezes que já fomos aqui chamados a votar alterações. No tema que exige o maior cuidado, que é a gestão dos recursos, tanto financeiros como humanos, do Município vemos este tipo de tratamentos, pelo que não podemos dar qualquer carta branca, é que quando não há transparência e uma estratégia clara, as exposições erradas e algumas delas até populistas vem ao de cima, esperemos que sejam apenas suposições. -----

----- **VEREADORA SENHORA DRA. ANA LUÍSA GOMES** – O Mapa de Pessoal é dinâmico, e ainda bem que é, dizer-vos no ano passado reformaram-se 60 colaboradores até ao final do ano, dizer-vos ainda que foram criadas subunidades orgânicas há bem pouco tempo, portanto, esta alteração é mais que evidente, não posso corresponder ao que diz, foram alterações que foram feitas muito recentemente, não consigo perceber a sua insinuação. -----

----- **VOTAÇÃO – Ponto i) “Mapa de Pessoal para o ano de 2024 – 1.ª Alteração”:** **Aprovada por maioria**, com 9 votos contra (6 PSD + 2 CDS + 1 IL), 8 abstenções (4 CDU + 2 BE + 1 CH + 1 PAN) e 23 votos a favor (PS). -----

----- Pelos Grupos Municipais do PSD, da CDU e do CDS e pelo Deputado Municipal da IL, foram apresentadas as declarações de voto, que adiante seguem. -----

29. FEV 2024



**Reunião de Assembleia Municipal de Gondomar  
29 Fevereiro de 2024**

**Declaração de Voto – Ponto 4.2 i)**

4.2 i) – Mapa de Pessoal para o ano de 2024 – 1.a Alteração

Analisando esta proposta de alteração do mapa de pessoal para o ano de 2024, o PPD/PSD não encontra uma justificação suficiente e clara, sobre as razões que levam ao aumento do “número de postos de trabalho que se prevê necessários para cumprimento dos objetivos anuais fixados pela Câmara Municipal, e de cada uma das unidades orgânicas da Autarquia”, assim como, quanto à “necessidade de adequar as necessidades da modernização e evolução da organização, concomitantemente com a capacitação e adequação dos recursos humanos”.

A insuficiência da fundamentação impede que seja observado o rigor exigido por Lei, especialmente no que concerne à indicação das efetivas necessidades para o bom funcionamento dos serviços, levando a que se suscitem pertinentes reservas sobre todo este processo.

O PPD/PSD continua a defender a total transparência na gestão do erário público, fundamentação consistente e precisa neste tipo de proposta, especialmente quando versa sobre matéria de recursos humanos de nível dirigente, referindo se este é o momento adequado para uma qualquer profunda alteração estrutural, considerando o desconhecimento das vantagens e/ou benefícios para os Gondomarenses, e atestando pela inoportunidade desta alteração orgânica.

Pelo exposto, o PSD vota **Contra**.

Os Deputados Municipais do PPD/PSD



*Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Gondomar – 29 de fevereiro de 2024*

**Ponto 4.2 i) – Mapa de Pessoal para o ano de 2024 – 1.ª Alteração**

**CDU – *Declaração de Voto***

Tal como reafirmado pela CDU em diversos momentos, quer a Organização e Estrutura dos Serviços Municipais quer o Mapa Pessoal que lhe corresponde, não têm sido construídos em função dos problemas identificados no quadro de pessoal e na necessidade de se fazerem opções que garantam que o município disporá de uma política de pessoal assente na renovação e rejuvenescimento, designadamente dos trabalhadores operacionais.

Esta falta de planeamento tem contribuído para um acentuar do processo de disfunção na estrutura piramidal do município, tal como demonstram os diversos relatórios, com consequências na resposta às necessidades dos gondomarenses, obrigando ao recurso à prestação de serviços, cujo procedimento atrasa significativamente a resolução dos problemas. Esta primeira alteração ao Mapa de Pessoal, mesmo correspondendo a um pequeno ajuste, continua a ignorar as questões identificadas.

Gondomar, 29 de fevereiro de 2024

Os deputados municipais da CDU

29.FEV 2024



A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Pedro Carvalho', with a long vertical line extending downwards from the end of the signature.

**Assembleia Municipal de Gondomar**

**Declaração de Voto – Mapa de Pessoal para o ano de 2024 – 1.ª Alteração – Proposta**

Relativamente ao assunto supracitado apresentado pelo Executivo Municipal de Gondomar, o Grupo Municipal do CDS optou por votar **CONTRA**, pelos seguintes motivos:

1. A presente alteração ao mapa de pessoal proposta para o ano de 2024, apresentada pelo Executivo Municipal, traduz um incremento de despesa significativa para o Município, o que nos parece excessivo e mal justificado, conforme já consta declarações de voto anteriores, apresentadas sobre o mesmo assunto;
2. Esta alteração pode promover o clientelismo partidário, ao suscitar dúvidas, uma vez que já deveria de ser previsível, saber no ano passado, que funcionários se iriam aposentar por limite de idade em 2024. Esta situação revela falta de gestão de recursos humanos por parte do Executivo, ao serem verdade as declarações da Sra Vereadora deste Pelouro;
3. O CDS de Gondomar entende que decorridos escassos meses da apresentação do Mapa de Pessoal para o ano em curso, não se justifica que se procedam a alterações, o que demonstra falta de planeamento e de organização por parte da maioria PS que preside à Câmara Municipal de Gondomar,

Pelos motivos acima expostos, o CDS optou por votar **CONTRA**.

O Grupo Municipal do CDS  
Pedro Carvalho  
Urbano Marques  
Gondomar, 29 de Fevereiro de 2024  
[geral@cds-gondomar.com](mailto:geral@cds-gondomar.com)  
[www.cds-gondomar.com](http://www.cds-gondomar.com)

29.FEV 2024



**iniciativa  
Liberal**

**Declaração de voto – Ponto 4.2, alínea i): “Mapa de Pessoal para o ano de 2024  
– 1.ª Alteração”**

A Iniciativa Liberal, desde a discussão e aprovação da nova estrutura orgânica do Município, tem vindo a alertar que, além desta organização não ir ao encontro da estratégia e visão que temos para Gondomar, se trata de uma opção que não é viável e que traz mais desvantagens do que vantagens.

O facto de, ao segundo mês deste ano de 2024, estarmos já a discutir uma alteração ao mapa de pessoal vem demonstrar a clara falta de estratégia do Executivo no que diz respeito à gestão de recursos, tanto financeiros como humanos.

O documento que solidifica esta proposta é muito pouco transparente, incompleto e que, ao ser lido e analisado, traz mais dúvidas do que certezas.

Desta feita, a Iniciativa Liberal não pode acompanhar qualquer tipo de proposta nesse sentido, uma vez que falta um claro sentido estratégico nestas matérias que implicam com o dinheiro que é dos contribuintes.

Assim, a Iniciativa Liberal vota **CONTRA** esta proposta.

O Deputado Municipal da Iniciativa Liberal,

Carlos Eduardo Aranha e Costa



29.FEV 2024



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- 5 – Associação de Municípios Parque das Serras do Porto – Plano de Atividades e Orçamento 2024 – Para conhecimento -----

----- A Assembleia tomou conhecimento. -----

----- 6 - Comissão de Proteção de Crianças e Jovem (CPCJ) – Relatório Anual de Atividades 2023 – Para conhecimento -----

----- A Assembleia tomou conhecimento. -----

----- A sessão foi encerrada às 23 horas e 30 minutos, do dia 29 de fevereiro de 2024. -----

O PRESIDENTE DA MESA,

O PRIMEIRO SECRETÁRIO,